

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

**TÁSSIA SCARIOT ZÓTIS**

**CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA EVASÃO DE JOVENS DA  
COMUNIDADE RURAL DE SÃO VITOR, MUNICÍPIO DE  
CAMARGO/RS**

**Camargo**

**2011**

**TÁSSIA SCARIOT ZÓTIS**

**CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA EVASÃO DE JOVENS DA  
COMUNIDADE RURAL DE SÃO VITOR, MUNICÍPIO DE  
CAMARGO/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Alvim  
Beroldt da Silva

Coorientadora: Tutora Me. Patrícia  
Binkowski

**Camargo**

**2011**

**TÁSSIA SCARIOT ZÓTIS**

**CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA EVASÃO DE JOVENS DA  
COMUNIDADE RURAL DE SÃO VITOR, MUNICÍPIO DE  
CAMARGO/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Porto Alegre, 21 de setembro de 2011.

---

Prof. Dr. Leonardo Alvim Beroldt da Silva - Orientador  
UERGS

---

Prof. Dr. Marcelo Conterato  
UFRGS

---

Prof. Me Daniela Garcez Wives  
UFRGS

*Dedico este trabalho a todas as pessoas que me auxiliaram e me deram forças para que o objetivo fosse alcançado, em especial a minha família e amigos, que me apoiaram sempre.*

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os colegas, que me deram apoio e compreensão, motivando-me e ajudando-me a alcançar os objetivos, dividindo momentos de alegria e frustração, e que durante estes anos sempre estiveram ao meu lado incentivando-me a continuar na caminhada.

Com carinho e gratidão, agradeço aos meus amigos e colegas de trabalho, que me deram forças nos momentos difíceis. Agradeço também aos meus familiares, de modo especial aos meus pais e minha irmã Sheila, que sempre permaneceram ao meu lado, incentivando-me e ensinando-me que é preciso lutar para alcançar a vitória e ajudar os outros a vencerem, pois a conquista é mérito de quem tem um ideal na vida, de quem tem vontade de crescer e ser feliz.

Agradeço a todos aqueles que me auxiliaram na conclusão deste TCC, em especial à tutora Patrícia Binkowski que não me deixou desistir em um momento de fraqueza e sempre colaborou para a realização do trabalho, dando opiniões e esclarecendo dúvidas. Ao orientador Leonardo Alvim Beroldt da Silva pela sua ajuda e orientação.

Aos tutores e à Coordenação do Polo de Camargo.

Enfim, agradeço a Deus, que com sua força e luz esteve sempre presente, indicando o caminho certo a seguir.

Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe.

Clarice Lispector

## RESUMO

Ao referir-se à agricultura familiar, vem à tona o assunto da sucessão familiar nos estabelecimentos agrícolas. Na atualidade as famílias das zonas rurais são cada vez menores e esse é um fator que eleva o êxodo rural. Esse fator influencia fortemente nos processos sucessórios no meio rural, pois conduz ao envelhecimento da população e à masculinização do referido meio, devido ao predomínio da migração feminina. Assim, torna-se importante pesquisar o motivo desta tendência, isto é, analisar as causas e as consequências da evasão de jovens no processo de sucessão familiar do meio rural. Para tanto se escolheu a comunidade de São Vitor, interior do município de Camargo/RS, para analisar tais processos. Buscou-se identificar se na localidade, vem ocorrendo evasão de jovens nas atividades agrícolas; identificar para onde vão os jovens que saem do meio rural e as possíveis causas dessa migração; identificar as relações e distinções de gênero no processo do êxodo rural e analisar os processos de envelhecimento e masculinização no meio rural. Como ferramentas metodológicas foram utilizadas o embasamento teórico, a aplicação de entrevistas e a análise da localidade. Os resultados apontam para uma disposição dos jovens, principalmente das moças, em projetar seu futuro na cidade. Outros têm o desejo de estabelecer residência no meio rural, porém, continuar a trabalhar na cidade. Além disso, enfatiza-se a influência dos pais na tomada de decisão destes jovens pesquisados. A pesquisa identificou que a população rural vem diminuindo gradativamente. Também se observou na comunidade de São Vitor a crescente migração das mulheres para as cidades, o que tem contribuído para que o meio rural do município se apresente masculinizado. Em sua maioria os membros das famílias da localidade têm idade avançada, em função dos jovens saírem do interior para estudar ou trabalhar na cidade em busca de outras oportunidades. Sem a permanência dos jovens nas unidades familiares, se torna escassa a continuidade da agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Sucessão familiar. Êxodo Rural. Envelhecimento. Masculinização.

## ABSTRACT

Referring to the family farming, comes to the fore the issue of succession in family farms. Currently, families in rural areas are getting smaller and this is a factor that raises the rural exodus. This factor strongly influences the succession processes in rural areas, it leads to an aging population and the masculinization of the country side, owing to the predominance of female migration. Thus, it is important to research the reason for this trend, that is analyzing the causes and consequences of youth evasion in the process of family succession in rural areas. For this research, it was chose the community of St. Victor, country side of Camargo/RS city to study such processes. It was seeked to identify if, in that locality, there has been evasion of youth in agricultural activities; to identify where young people are going after leaving the rural areas, and the possible causes of this migration; to identify the relation and gender distinction in the process of rural exodus; and to analyze the aging processes and masculinization in rural areas. Methodological tools were used as the theoretical framework, the use of interviews and analysis of the locality. The results point to a youth tendency, especially girls, in designing its future in the city. Others desire to establish residence in rural areas, however, to continue to work in the city. Besides this, it emphasizes the parents influence in making decision of young people surveyed. It was also observed in the community of St. Victor the growing migration of women to the cities, which has contributed to the rural municipality of the present masculine. Most family members have old age of the locality, in terms of young people leaving the countryside to study or work in the city in search of other opportunities. Without the stay of young people in family units, becomes scarce the continuity of family farming.

**Keywords:** family succession; Rural Exodus; Aging; Masculinization.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa de localização do município de Camargo/RS.....	16
FIGURA 2 – Localização da região da Produção do Rio Grande do Sul .....	22
FIGURA 3 – Localização do município de Camargo/RS .....	32
FIGURA 4 – Mapa do município de Camargo/RS – no detalhe a comunidade de São Vitor..	35

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Comparativo entre população rural e urbana no município de Camargo/RS	37
GRÁFICO 2 – População de homens e mulheres no meio rural de Camargo/RS .....	38
GRÁFICO 3 – Êxodo rural na comunidade de São Vitor nos últimos 10 anos .....	39
GRÁFICO 4 – Percentual de famílias da comunidade de São Vitor, Camargo/RS que migraram para o meio urbano.....	39
GRÁFICO 5 – Representatividade de jovens que tem intenção de retornar ao meio rural.	41
GRÁFICO 6 – Migração e permanência de jovens .....	45
GRÁFICO 7 – Perspectivas das famílias entrevistadas em permanecerem na comunidade....	52

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição da população da Região da Produção do Rio Grande do Sul, por sexo e por domicílio.....	22
TABELA 2 – População do município de Camargo/RS, no período entre 1991 e 2010 ....	37
TABELA 3 – Quantidade de homens e mulheres no meio rural de Camargo/RS no período entre 1991 e 2010 .....	38

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Vantagens e desvantagens da vida no campo identificadas pelos jovens entrevistados .....	51
QUADRO 2 – Vantagens e desvantagens da vida no meio urbano apontadas pelos jovens entrevistados .....	52
QUADRO 3 – Resumo de entrevista de família sem sucessores .....	55
QUADRO 4 – Resumo de entrevista com jovem que migrou para a cidade .....	56

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ASCAR/RS:** Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

**CEMTR:** Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais

**DESER:** Departamento Sindical de Estudos Rurais

**EMATER/RS:** Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

**ESREG:** Escritório Regional da Emater - Região de Passo Fundo

**FAO:** Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

**FEE:** Fundação de Economia e Estatística

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA:** Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária

**OIJ:** Organização Ibero-Americana da Juventude

**PR:** Paraná

**RS:** Rio Grande do Sul

**UAB:** Universidade Aberta do Brasil

**UFPEL:** Universidade Federal de Pelotas

**UFRGS:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UPA:** Unidade de Produção Agrícola

**UPF:** Universidade de Passo Fundo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL.....</b>	<b>20</b>
2.1	MASCULINIZAÇÃO DO MEIO RURAL .....	23
2.2	ENVELHECIMENTO DO MEIO RURAL.....	25
2.3	SUCESSÃO NO MEIO RURAL.....	26
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMARGO .....</b>	<b>32</b>
4.1	HISTÓRICO.....	32
4.2	AGRICULTURA .....	33
4.3	INDÚSTRIA .....	34
4.4	EDUCAÇÃO.....	34
4.5	A COMUNIDADE DE SÃO VITOR .....	35
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADOS .....</b>	<b>37</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>57</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>60</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>61</b>
	<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas aplicado aos jovens que deixaram o meio rural na Comunidade de São Vitor, município de Camargo/RS.....</b>	<b>65</b>
	<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas aplicado a algumas famílias residentes na Comunidade de São Vitor, Município de Camargo/RS .....</b>	<b>66</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Atualmente observa-se que a temática do êxodo rural vem sendo abordada mais frequentemente e sempre através de embates polêmicos. Isso tudo devido, principalmente, à migração dos jovens cujos principais elementos de discussão é a imagem negativa da atividade agrícola, o desenrolar dos processos sucessórios e também algumas questões relacionadas a gênero.

É importante compreender melhor esses processos devido à importância que tem a agricultura familiar no desenvolvimento agrícola do país. Para tanto é necessário também compreender o que é agricultura familiar. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) mostram que mais de 80% das propriedades rurais do país pertencem a famílias que praticam a agricultura familiar. A atividade agrícola é a única fonte de renda para cerca 77% da população ocupada na agricultura.

Segundo dados do INCRA/FAO (1998 *apud* COSTA, 2006), a agricultura familiar pode ser definida observando-se três características: o trabalho é realizado pelos membros da família; a gestão, as decisões e os investimentos cabem a pessoas que tem entre si laços familiares e a posse das terras deve ser dos próprios agricultores. Os agricultores familiares são aqueles que trabalham nas suas terras e a principal força de trabalho advém deles próprios e de sua família.

O processo de trabalho se organiza com base em relações de parentesco, coordenado pelo pai que assume o papel de chefe do processo produtivo por ser detentor de um saber agrícola que se dá também na prática cotidiana, da qual participam um ou mais membros familiares. Trata-se de um saber-fazer que será transmitido aos filhos através das atividades agrícolas, cujo processo trata de inserir os filhos na lógica de trabalho e produção envolvendo a sua preparação para que no futuro, possam assumir definitivamente a propriedade familiar (COSTA, 2006, p.17-18).

Para Zanatta e Fávaro (2008), o importante é que três tributos básicos estejam presentes: gestão, propriedade e trabalho familiar. Spanevello (2008) enfatiza que a agricultura familiar é em grande parte responsável pela produção de alimentos de subsistência, preservação do meio ambiente e manutenção das relações sociais. Assim evidencia-se a importância deste estudo, pois sem pessoas dispostas a trabalhar e aprender, a agricultura familiar pode entrar em crise.

Por meio das experiências vivenciadas durante a realização do curso (estágios, atividades junto à população rural, visitas à propriedades rurais, etc.) percebe-se que entre as

principais características estão os processos de envelhecimento e masculinização no meio rural. Isso se confirma com a observação de Dalcin e Troian (2009) ao concluírem que

Dentre as principais implicações dos processos supracitados que vem se agravando nos últimos anos está o que se pode denominar “problema da questão sucessória” na agricultura, que acontece quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias e pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios (DALCIN e TROIAN, 2009, p.6).

Buscar entender o motivo pelo qual os jovens da Comunidade de São Vitor estão migrando para os centros urbanos e apurar o que poderá acontecer com a localidade em consequência dessa migração foram os fatores que impulsionaram a realização deste estudo.



**FIGURA 1:** Mapa de localização do município de Camargo/RS.

Fonte: IBGE (2011).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o município conta hoje com uma população de 2.592 habitantes, destes, 1.497 residem no meio rural, divididos em 768 homens e 729 mulheres. “A crescente preocupação com a sucessão na agricultura familiar pode ser constatada através da leitura dos dados estatísticos do meio rural brasileiro, o qual comprova o êxodo no meio rural, especialmente da população jovem” (SPANVELLO 2008, p.18).

O trabalho também debate pontos relacionados aos anseios e perspectivas que os jovens do meio rural têm quanto ao seu futuro profissional, buscando ainda analisar as



estratégias adotadas pelas famílias e apresentando os conflitos que surgem no processo sucessório quanto ao gênero, bem como, demonstrar alguns dados sobre o envelhecimento da população rural.

A permanência ou não do jovem na propriedade se deve a condições sociais e econômicas que são as responsáveis por oportunizar ou restringir o que podem realizar neste meio. Turci (2010) afirma que como o jovem não recebe salário trabalhando com o pai, ele prefere buscar um trabalho que o permita participar do mundo consumista. O autor relata ainda que a evasão dos jovens do campo é uma das principais preocupações do setor agrícola na atualidade. Assinala que o maior desestímulo é a falta de renda e apresenta como entraves o desconhecimento de políticas públicas que incentivam o crédito, a qualificação dos jovens e fatores culturais. “Desmembrar a chefia da propriedade é outra barreira a vencer. É fazer o pai ver no filho um parceiro e não um empregado, ver que o jovem não é só mão de obra braçal” (TURCI, 2010, s.p). De acordo com Costa (2006, p.45),

[...] a partir dos anos 70 a agricultura passa a apresentar rupturas. A formação de novas unidades de produção encontra-se limitada; os jovens passam a possuir objetivos individuais, não demonstrando mais o interesse em reproduzir o papel de seus pais. [...] O processo sucessório torna-se conflituoso e ameaçador para a continuidade da agricultura familiar.

O processo de sucessão familiar apresenta-se como uma discussão atual devido a diversos fatores. Alguns autores defendem concepções acerca do tema como Ribeiro (1990 *apud* COSTA, 2006) que afirma que o número de filhos dentro da família está diminuindo no meio rural. Em trinta anos, o número de filhos dentro das Unidades de Produção Agrícolas (UPA) variou de dez para um ou dois filhos por casal. Na geração anterior à atual, ser o sucessor dentro de uma família era uma questão moral. O modelo atual vê a agricultura como mais uma escolha dentre outras que o indivíduo pode fazer (MELLO, 2003). A falta de perspectivas na agricultura ocasionou o êxodo rural forçando os agricultores a migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida ou para outros tipos de ocupação não agrícola. Também a mecanização da agricultura tornou o trabalho mais fácil, não necessitando de tanta mão de obra para o trabalho (COSTA 2006, p.46).

Segundo Camarano e Abromavay (1999), as mulheres normalmente são mais excluídas dentro do processo de sucessão familiar. E por este motivo migram mais que os homens para as cidades, isso contribui para o processo de masculinização do meio rural. Além disso, analisando a masculinização do meio rural, Costa (2006) aponta outras causas que levam a esse processo:

[...] os assuntos relativos a terra estão centrados na figura masculina, o que repercute no fato de que muitas mulheres acabem abandonando a unidade, pois não vêem perspectivas de trabalho na agricultura, sendo desde cedo direcionadas a outras atividades e conseqüentemente não sendo vistas como gestoras da unidade (COSTA, 2006, p.95).

É importante ressaltar que mesmo o trabalho da mulher sendo indispensável na família ele não tem seu valor reconhecido. Contudo essa situação de somente o trabalho do homem ser reconhecido precisa ser repensada, pois segundo Costa (2010, p.96) “o modelo de agricultura familiar exige como pressuposto a existência da família”. Entende-se que para ter família, filhos é necessário que o casal trabalhe juntos, dividindo tarefas e responsabilidades. Dessa forma, pode-se dizer que a importância do homem e da mulher deve ser a mesma dentro de uma UPA, pois se sentindo valorizada a moça não migrará para a cidade devido a sua satisfação em trabalhar com a agricultura familiar e permanecer no meio rural.

Quanto ao envelhecimento do meio rural, de acordo com os dados do CENSO Demográfico (2000), existem cerca de 34.081.330 de jovens com idade entre 14 e 24 anos no Brasil. Destes apenas 18% (6.134.639) vivem no meio rural. Comparando com os dados de 1991, pode-se observar uma redução de 26% da população de jovens que vivem no meio rural (MAGRI, 2008).

Analisando a evasão dos jovens, tem-se a ideia de que o meio rural está envelhecendo. Dessa forma é importante conhecer os principais motivos que levam o jovem a deixar o meio rural e analisar as conseqüências desse processo na sucessão familiar das propriedades rurais. Nesta perspectiva, faz-se o seguinte questionamento: quais as causas e as conseqüências da evasão dos jovens do meio rural na localidade de São Vitor, município de Camargo/RS?

Diante disso, tem-se como objetivo geral de pesquisa analisar as causas e as conseqüências da evasão de jovens do meio rural na localidade de São Vitor/Camargo. Como objetivos específicos têm-se (1) identificar se na localidade de São Vitor, município de Camargo, vem ocorrendo evasão de jovens nas atividades agrícolas; (2) identificar o destino dos jovens que saem do meio rural e as possíveis causas dessa migração; (3) identificar as relações e distinções de gênero no processo do êxodo rural, (4) analisar os processos de envelhecimento e masculinização no meio rural.

Para isso utilizou-se como ferramentas metodológicas o embasamento teórico, a aplicação de entrevistas e a análise da localidade.

A realização de um estudo sobre sucessão familiar no meio rural se faz pertinente para compreender as transformações socioeconômicas e culturais recentes que podem vir a comprometer a continuidade da propriedade rural e modificar o futuro da família e das

comunidades. Por isso buscou-se realizar esse estudo que demonstre o significado dessa evasão para a dinâmica geral do município de Camargo.

Além disso, o interesse pessoal em fazer esta pesquisa se dá pela trajetória que tive no meio rural trabalhando em uma propriedade junto com meus pais e, por estar atualmente residindo e trabalhando na cidade. O que busco estudar faz parte de meu cotidiano e se faz presente entre as famílias estudadas, visto que a maioria dos jovens migrou para centros urbanos. Para o meio acadêmico o referido estudo pode ser útil para promover ações que busquem a conscientização da comunidade sobre a importância dos processos sucessórios na agricultura familiar.

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte maneira: acima foi apresentada a problemática do estudo, os objetivos e a justificativa da pesquisa.

Na sequência apresenta-se o quadro teórico-conceitual que foi utilizado para fundamentar e analisar a pesquisa.

No terceiro capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na realização do trabalho.

No quarto capítulo, em um primeiro momento apresenta-se a região e o município em que a pesquisa foi realizada, abordando questões de história, educação, agricultura e indústria. Em um segundo momento foi caracterizado a comunidade de São Vitor.

O quinto capítulo tem como propósito apresentar, analisar e discutir os resultados da pesquisa.

O capítulo seis é o de conclusão e apresenta informações que discutem se os objetivos desta pesquisa foram atingidos.

Por fim, apresenta-se o capítulo das considerações finais, onde é apresentada a trajetória da pesquisadora e como se deu o processo de realização desta pesquisa. São analisados fatores negativos, positivos, bem como se a pesquisa atendeu os propósitos almejados.

## 2 QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL

A agricultura familiar é muito importante para o desenvolvimento do meio rural, pois é responsável pela produção de alimentos e também é a base da continuidade das atividades no meio rural. Por isso, se torna pertinente estudar o processo de sucessão familiar no meio rural.

O jovem no meio rural é elemento importante para a sucessão familiar e a continuidade das atividades agrícolas. Porém, na atualidade, está acontecendo o aumento da taxa de evasão destes jovens do meio rural. Mendonça, Ribeiro e Galizoni (2008) apontam como consequências para essa evasão a transição demográfica, a masculinização e o envelhecimento no campo. Entre as causas das migrações para as cidades estariam à busca por qualificação escolar, a procura do aumento de renda, e ainda a imagem negativa que o jovem que trabalha na agricultura tem frente à sociedade.

Acredita-se que todo o jovem aspira ser alguém na vida, para isso os parâmetros que se apresentam podem estar associados a ter um salário mensal, somado a alguns benefícios decorrentes dessa situação. Consideram que a divisão de resultados obtidos do trabalho na propriedade rural não contempla as mesmas vantagens.

Já para as jovens o tratamento parece ser diferenciado. Surgem problemas quanto às relações de gênero, em que as mesmas precisam “pedir” dinheiro aos pais ou irmãos para coisas simples do tipo ir a uma festa ou compras pessoais. Este fator pode ocasionar a migração das moças com maior facilidade do que os moços.

Magri (2008) argumenta que no caso das moças a migração acontece com mais facilidade devido à oportunidade de trabalho em casas de famílias como domésticas ou assalariadas em empresas. As razões para esta migração podem estar ligadas à falta de valorização no meio em que vivem, bem como seu maior interesse em estudar buscando a formação profissional.

Sem esquecer as questões relativas à herança da propriedade, que obedecendo “os costumes do local” ficam para os homens as terras e bens de produção e para as mulheres a casa e o enxoval.

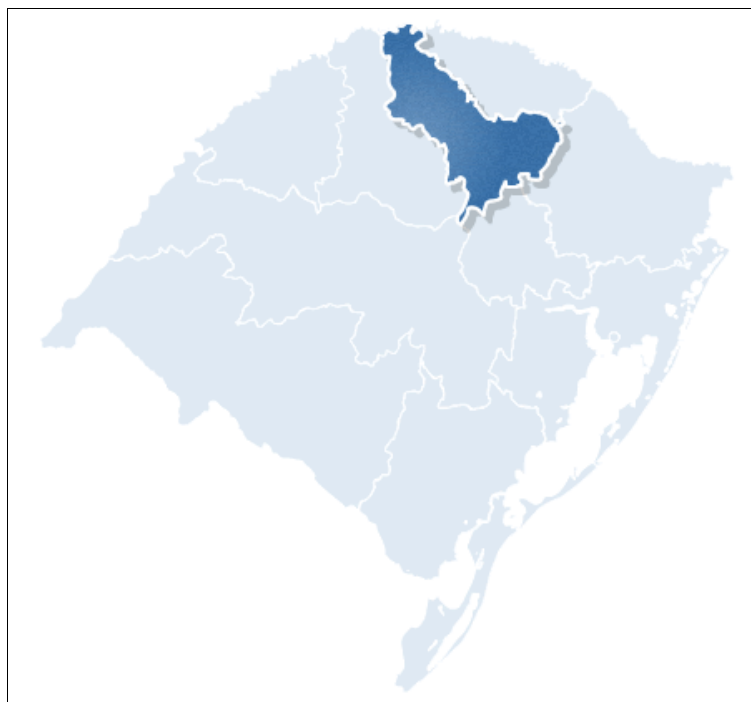
Outras dificuldades que são encontradas pelos jovens que vivem no meio rural são as poucas opções de lazer, o baixo rendimento do setor primário, o preconceito por serem jovens agricultores e as poucas iniciativas de apoio à agricultura familiar.

Em função destes fatores e pela falta de perspectivas, os jovens acabam deixando o meio rural em busca de melhores condições econômicas e sociais. Diante do modelo atual de modernização da agricultura, desde pequenas as crianças são desestimuladas a permanecer no meio rural, o contrário do que acontecia no passado cujos filhos eram estimulados a trabalhar neste meio. Hoje, com os sistemas de integração e as novas tecnologias, o conhecimento não é mais passado de uma geração a outra (ANJOS e CALDAS, 2009).

Del Grossi e Silva (2002, p.17-18) expõem que: “a expansão da modernização, e principalmente da terceirização das tarefas agrícolas, conduz a uma individualização da atividade agrícola, com reflexos importantes na organização do trabalho familiar”. O que era atividade de toda a família, hoje pode ser feita por apenas uma pessoa.

Os jovens têm uma tendência de seguir seus pais, por exemplo, filhos de pais que moram na cidade, que moram em apartamento, que têm emprego e horários, os filhos terão a tendência de seguir o mesmo caminho. Com os jovens filhos de agricultores a tendência seria a mesma; que deveriam também ter interesse em permanecer na propriedade, buscar novas alternativas de renda dentro da propriedade, porém, isso na maioria das vezes não acontece. Diferentemente dos jovens urbanos que não tem interesse em migrar para o meio rural, os jovens rurais veem o meio urbano como seu futuro (SPANVELLO, 2008).

Podemos observar através de dados da EMATER (2009), sobre a estratificação da população da Região da Produção/RS, tendo como base a região administrativa da Emater Regional Passo Fundo a qual compreende o território da pesquisa. A região permite visualizar a conjuntura em que está inserido o grupo estudado e contempla similaridade de aspectos importantes desde distribuição de terras, forma de ocupação, presença e representatividade da agricultura familiar. As cadeias produtivas de grãos, leite, aves, suínos, frutas quando fortalecidas através de sua profissionalização permitem a viabilização técnica e também socioeconômica com consequências positivas, alia-se a estes fatores o associativismo como elementos potencializadores de desenvolvimento (EMATER, 2011).



**FIGURA 2:** Localização da região da Produção do Rio Grande do Sul.

Fonte: EMATER (2011).

O estudo apontou a população rural e urbana e a feminina e masculina, conforme podemos observar na TABELA 1.

**TABELA 1:** Distribuição da população da Região da Produção do Rio Grande do Sul, por sexo e por domicílio em 2007.

	<b>Total</b>		<b>Urbana</b>		<b>Rural</b>	
<b>Total</b>	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>513.495</b>	253.930	258.578	161.319	173.191	92.611	85.387

Fonte: Adaptada de EMATER (2009).

Com a dificuldade de os jovens permanecerem no campo, se permanecem, são apenas homens, as mulheres migrando mais para as cidades, é importante estudar como fica a questão da sucessão familiar dentro de uma propriedade do meio rural. Estudos realizados apontam algumas alternativas quanto a essa questão: ficam só os homens e o meio rural se torna masculinizado; migram para cidade moços e moças em busca de condições de vida que se supõe ser melhores e em busca de ensino/educação; ficam na propriedade os pais, ou seja, os

mais velhos; e/ou ainda para ficarem perto dos filhos, os pais vendem a propriedade e adquirem uma casa na cidade. As terras vão sendo adquiridas pelos mesmos donos, centralizando o “poder” em poucas pessoas. Os cultivos se voltam para as *commodities* e a produção em grande escala. E a tendência da agricultura familiar é entrar em declínio.

[...] observa-se, nos últimos anos, uma forte modificação demográfica no meio rural, com a diminuição constante das famílias dedicadas às atividades propriamente agrícolas, o que repercutiu sobre a estrutura de ocupação rural no Estado. Uma das principais modificações que se assiste nas últimas duas décadas é a diminuição absoluta da população que reside no meio rural. Em recente pesquisa, baseada em dados do IBGE, obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), constatou-se que em 1981 haviam 2,119 milhão de pessoas, com 10 anos ou mais de idade, que residiam no meio rural gaúcho. Já em 1997 este número tinha caído para 1,627 milhão, portanto um diminuição de 492 mil pessoas que deixaram o meio rural e foram habitar em outros locais, provavelmente nos centros urbanos (SCHNEIDER, 2009, p.3).

## 2.1 MASCULINIZAÇÃO DO MEIO RURAL

Os jovens rurais que estão inseridos na agricultura familiar enfrentam problemas com a autoridade paterna, onde o autoritarismo ainda se apresenta como dominante. Muitas vezes para as mulheres a jornada de trabalho é dupla. A tomada de decisões e os resultados da propriedade ficam sempre nas mãos dos pais (WEDIG, WIZNIEWSKY e RAMBO, 2007).

Atualmente observa-se que a tendência de migração se dá com as mulheres. Essa característica se deve a posição que a mulher ocupa na família, onde as esposas são subordinadas aos maridos e se filhas aos pais. Essa afirmação se justifica na cultura existente nas famílias do meio rural. Sua importância na propriedade é vista como ajuda nas atividades agrícolas. Quando a mulher sai deste meio ela se sente mais valorizada socialmente devido ao acesso ao estudo e inserção no mercado de trabalho.

Na agricultura, estudos demonstraram (DESER – CEMTR/PR, 1996) que o trabalho familiar ainda mantém desigualdades de gênero, privilegiando o homem-marido enquanto chefe de família e da propriedade. As mulheres devem cuidar da casa e das atividades de reprodução familiar, ou seja, cultivo de horta e ervas medicinais, pequenas criações, assim como a atividade leiteira. Os homens devem cuidar das atividades produtivas, ou seja, voltadas para o mercado, enquanto consideram que as mulheres apenas “ajudam”, o que reflete a desvalorização do trabalho feminino pela sociedade, já que as tarefas domésticas não geram renda monetária (SCHNEIDER e SILVA, 2010, p.5).

Ainda segundo ABRAMOVAY (2005 *apud* WEDIG, WIZNIEWSKY e RAMBO, 2007, p.3), “a continuidade da agricultura familiar estaria comprometida em razão da saída

dos jovens do campo, principalmente das mulheres, o que estaria provocando o que ele denominou de ‘masculinização’ destas áreas”.

Em um trabalho realizado por Abramovay *et al.* (1998, p.66) constatou-se que “é nítido o contraste entre a contribuição decisiva das moças no trabalho agrícola e sua completa distância de tarefas que envolvam responsabilidades nas tomadas de decisão quanto aos destinos do estabelecimento”.

Ainda segundo esse autor, a masculinização do meio rural não pode ser encarada como um processo natural do desenvolvimento do meio. A constante migração das mulheres pode ser vista como uma expressão de como o poder se distribui nas famílias, onde não cabe às jovens a participação, o planejamento, as responsabilidades e a apresentação social de agricultora como uma qualidade (ABRAMOVAY *et al.*, 1998). “O desempenho da mulher na produção familiar não é reconhecido socialmente porque o espaço ‘público’ continua sendo domínio masculino” (PANZUTTI, 1996, p.9 *apud* ABRAMOVAY *et al.*, 1998, p.87).

A produção de valores de uso direcionados para a família e as atividades de reprodução da espécie e do cuidado com crianças, velhos e incapazes, foram consideradas atribuições femininas, restringindo a atuação feminina à esfera privada. Por outro lado, a produção social e o comando da sociedade, ou seja, atividades realizadas no espaço público, ficavam ao encargo dos homens (HOLZMANN, 2006 *apud* SCHNEIDER e SILVA, 2010, p.5).

Esses autores chamam a atenção ainda para o fator que, a partir de 1970, os meios de sustento tem se diversificado, e no meio rural, essa diversificação se constata na inserção das mulheres em atividades não agrícolas que lhes proporcionam satisfação econômica. Outra colocação importante é a de Lamarche (1993 *apud* COSTA, 2006, p.36).

As tarefas mais pesadas e mecanizadas cabem aos homens (pais, filhos e genros). Ao chefe da família cabe a venda e a contabilidade, como responsabilidade principal. As mulheres (esposas, filhas e noras) só participam da capina e da colheita básica, quando essas atividades são feitas manualmente, tendo como responsabilidade as tarefas domésticas.

“As atividades administrativas (serviços bancários, venda da produção agrícola, compras de insumos, contatos com técnicos e extensionistas) são realizadas fundamentalmente pelo pai ou o chefe do estabelecimento” (SPANVELLO, 2008, p.98). Isso se deve principalmente pelo fato de o pai se manter como o centro, dentro de um processo de hierarquia.

O que marca essas diferenças, especialmente na agricultura familiar, é que apesar das atividades produtivas serem realizadas com o somatório da força de trabalho de todos os membros da família, elas são consideradas como uma atividade masculina. Os homens tomam a maior parte das decisões sobre a produção e atuam como chefes dos estabelecimentos (representando a família junto a instituições bancárias, órgãos de extensão, sindicatos e cooperativas), sendo raros os casos em que as mulheres



assumem esta condição (BRUMER e GIACOBBO, 1993 *apud* SPANEVELLO 2008, p.98).

## 2.2 ENVELHECIMENTO DO MEIO RURAL

Wedig, Wizniewsky e Rambo (2007) argumentam que o meio rural brasileiro está envelhecendo. Apenas os casais e/ou aposentados permanecem. A vontade dos pais é de que um dos filhos dê continuidade às atividades na propriedade, que constitua família e se estabeleça. Em alguns casos, mesmo existindo incentivo dos pais e vontade dos filhos, “a falta de recursos financeiros e do ‘dinheiro garantido’ no final do mês faz com que os jovens geralmente procurem meios de sobrevivência nas grandes cidades, procurando trabalhar nas indústrias, comércio ou no setor de serviços” (WEDIG, WIZNIEWSKY e RAMBO, 2007, p.4).

Globalmente, um terço dos responsáveis pelas unidades produtivas tem dúvidas quanto a continuidade de seu negócio. Os problemas sucessórios tendem a aparecer predominantemente nos estabelecimentos que apresentam maiores dificuldades para sua viabilização econômica. [...] O contraste entre a opção que muitos jovens gostariam de fazer pela agricultura e as precárias possibilidades de sua realização profissional no campo define parte importante da questão sucessória [...] (ABRAMOVAY *et al.*, 1998, p.60).

Outro aspecto importante é quanto ao envelhecimento dos atuais responsáveis pelas unidades produtivas. Pode-se observar o crescente desinteresse dos filhos e filhas em permanecer no meio rural. Como resultado, a ausência dos filhos faz emergir a possibilidade dos estabelecimentos familiares sem sucessores (SPANEVELLO, 2008). Isso nos leva a observar que isso se deve a negação dos filhos e filhas em seguirem a atividades realizadas por seus pais, e esta vontade é maior entre as mulheres. Em uma pesquisa realizada em 2008, Brumer e Spanevello levantaram dados de que entre moças e rapazes, sendo que dos entrevistados 27% das moças e 19% dos rapazes acreditam que nas suas famílias ninguém pretende seguir a profissão de agricultor.

“Quanto à sucessão hereditária, é possível revelar que além das mulheres os homens também estão deixando o campo, em busca de melhores expectativas de vida” (COSTA, 2006, p.7). Para essa autora a educação acaba servindo de pretexto para aqueles que não têm ideia de continuar na propriedade. Afirma ainda que “cada vez é mais difícil encontrar um sucessor para as unidades familiares” (COSTA, 2006, p.7).

O reconhecimento do trabalho dos filhos torna-se problemático. Não existe uma divisão das rendas. Os jovens que residem com os pais argumentam que tem que pedir dinheiro cada vez que precisam e isso seria uma humilhação, pois os pais acabam por decidir se ele vai ou não fazer algo, ou comprar algo (ABRAMOVAY, 1998).

### 2.3 SUCESSÃO NO MEIO RURAL

No sul do Brasil até o início da modernização da agricultura não havia problemas relacionados à sucessão, nem quanto à instalação de novas gerações de sucessores “nem mesmo se cogitava a ausência de sucessores entre as famílias” (SPANEVERELLO, 2008, p.51). Conforme Abramovay *et al.* (1998 *apud* SPANEVERELLO, 2008, p.51), “além de alimentos e matérias-primas, os agricultores produziam novos estabelecimentos no mesmo local onde viviam (através da repartição da área) ou através de compras de outras áreas de terra para instalar os filhos de forma independente”.

De acordo com Spanevello (2008, p.51), “na sucessão, não havia apenas o interesse do pai em instalar o filho como agricultor, mas também o interesse do filho tornar-se um agricultor”. Existia convivência entre os desejos dos membros da UPA, sendo que as famílias teriam um sucessor e as UPA's continuariam ativas e os filhos teriam seu objetivos como agricultores alcançados, socializando os valores sociais familiares (SPANEVERELLO, 2008).

A passagem da propriedade e do controle administrativo para a geração atual é central para a reprodução dos estabelecimentos agrícolas, pois a agricultura familiar procura assegurar a continuidade e patrimônio da família através da transmissão aos seus descendentes.

A agricultura é uma ocupação que busca assegurar a continuidade patrimônio da família através da transmissão aos seus descendentes. A lógica da sucessão baseia-se na necessidade de manter o patrimônio familiar representado pela terra. Para manter assegurada essa lógica, os agricultores buscam entre seus filhos um sucessor para o seu patrimônio. Nesse sentido, além de ter sucessor é preciso levar em conta o encaminhamento do estabelecimento aos filhos e a forma de transmissão de patrimônio (SPANEVERELLO, 2008,p.22).

Os filhos muitas vezes não são estimulados pelos pais a permanecerem na agricultura. O desestímulo acaba fazendo com que muitas vezes as propriedades fiquem sem sucessores.

Outro fator importante quando se fala em sucessão são as condições econômicas e sociais oferecidas aos filhos, como analisa Spanevello (2008, p.22):

Esse é o fator principal que define se esse processo será mantido ou rompido. O rompimento acontece quando emergem os projetos individuais dos filhos sobre os familiares e torna-se difícil formar um sucessor. Não havendo sucessores, a questão se volta para o destino do estabelecimento e na forma de divisão do patrimônio quando permanecem e quando não permanecem sucessores.

Quando não há participação dos filhos nas atividades e decisões da propriedade, estes se sentem desvalorizados, o que faz com que busquem por outras ocupações. Por outro lado quando há essa participação, onde podem expor suas ideias e mostrar suas capacidades, a chance de permanência é maior.

Importante ressaltar que a busca por outras ocupações que não sejam agrícolas também se dão pelo atual número de alternativas que os jovens podem encontrar em relação às gerações anteriores (SPANVELLO, 2008). A agricultura pode ser uma das opções, mas muitas outras também ganham destaque. Há também a possibilidade de os jovens optarem por atividades profissionais no meio urbano e manter sua residência no meio rural, pois apreciam a tranquilidade, segurança e qualidade de vida que este meio os oferece.

Essa condição mostra que os jovens querem ao mesmo tempo usufruir dos benefícios do meio urbano e da comodidade do meio rural. Buscam o que há de melhor de ambos os meios. Nesse sentido Carneiro (2001) diz não haver um processo de individualização estabelecido.

Valores fundados na identidade familiar e na etnicidade oferecem resistência ao processo de individualização no interior da família e à conseqüente transformação das relações sociais de gênero no interior do grupo doméstico. Este processo ambíguo e contraditório apresenta, ao mesmo tempo, uma face moderna, com ênfase na elaboração dos direitos individuais e outra, conservadora, onde o que prevalece são os valores que reforçam o sentimento de pertença à família e à localidade. Neste sentido, entende-se que a intenção (ou desejo) de permanência na região de origem (a *colônia*) aparece, na maioria dos casos, associada a um projeto de profissionalização próprio, independente da atividade agrícola, o que explica a incidência de moças que se preparam para cursar o terceiro grau. Profissões liberais como a odontologia, por exemplo, permitiriam a combinação de um projeto individualizante com as garantias e proteção oferecidas pelo núcleo familiar (CARNEIRO, 2001, p.43).

Também devem ser considerados os jovens que tem vontade de permanecer no meio rural. Novas alternativas de atividades vêm surgindo, principalmente para as mulheres, como fundamenta Carneiro (2001).

[...] a diversificação de uso da terra promovida por um processo de complexificação do mercado de produtos agrícolas e de valorização da natureza tem aberto novas perspectivas de trabalho para as mulheres. Instalação de pousadas voltadas para o lazer de camadas média urbanas ou de pequenas oficinas de “produtos da fazenda” (queijos, geléias e doces de fruta, massas caseiras...) atuam no sentido de contribuir

para a construção de uma identidade feminina não mais sustentada na simbiose entre mulher e esposa de agricultor. Esta nova realidade, sem dúvida, tem repercussões sobre o processo de herança, na medida em que a terra não está mais associada exclusivamente à atividade agrícola, e em que se amplia o espaço de individualização dentro do núcleo familiar (CARNEIRO, 2001, p.43).

Os efeitos da migração também podem se estender sobre os estabelecimentos com sucessores. Mesmo quando há filhos dispostos a permanecer na agricultura predomina a migração feminina, o que fortalece o processo de masculinização devido ao maior número de homens que permanece no meio rural em relação às mulheres (SPANEVERELLO, 2008).

A autora conclui ainda que o processo de masculinização encadeado no meio rural inibe novos relacionamentos e, conseqüentemente, a “criação de novas famílias pelos futuros sucessores, em razão da falta de parcerias no meio rural e das poucas chances de vinda de moças de fora (meio urbano), tendo em vista a não atração pelo modo de vida rural” (SPANEVERELLO, 2008, p.21).

Esse processo também faz com que o número de filhos nas famílias seja menor. Diferente de anos atrás quando as famílias tinham vários filhos que podiam ser sucessores, hoje os casais têm um ou no máximo dois filhos. Esse fato diminui as chances da família ter um sucessor e caso nenhum deles tenha essa vontade, a continuidade da propriedade rural fica ameaçada.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa buscou analisar as causas e as implicações da evasão de jovens no processo de sucessão familiar no meio rural na localidade de São Vitor, município de Camargo/RS. Para isso, foram utilizadas duas ferramentas metodológicas: revisão bibliográfica e entrevistas.

A revisão bibliográfica objetivou em um primeiro momento a reflexão sobre a atual situação da sucessão familiar nas propriedades rurais, onde foram abordados alguns temas como masculinização, envelhecimento e a migração para as cidades, entre outros.

Logo em seguida foram realizadas as entrevistas. Para Gil, (1999) a entrevista é uma ferramenta importante e descreve esta como

Uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com a finalidade de obter dados que interessem a investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social, é uma forma de diálogo assimétrico em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 1999, p.117).

O roteiro de entrevista foi formulado e posteriormente foi definido quem seriam os entrevistados, neste caso, as famílias e os jovens. Para esses últimos, existem muitas discussões acerca do que é ser jovem. Para Dalcin e Troian (2009), existem algumas discussões acerca do tema juventude e estas são divergentes. A delimitação de juventude é imprecisa, pode ser quando do término dos estudos quando do início da vida profissional, da saída da casa dos pais, para constituir uma nova família e, ainda, quanto à faixa etária.

Ainda, segundo Dalcin e Troian (2009), no Brasil o que se segue é o padrão de análise da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), que considera jovens os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos. “De fato, apesar de se mostrarem conveniente para experimentos, a delimitação de idade para a definição de juventude apresenta-se deficiente” (DALCIN e TROIAN, 2009, p.4). Quanto a isso, esses autores, citando Abramovay *et al.* (1998, p.37) explanam que “não existe uma definição universalmente aceita para os limites de idade em que se encontra a juventude”.

Quando dá definição do número de entrevistas a serem realizadas, optou-se por não definir previamente. Binkowski (2009) argumenta que o número de entrevistas realizadas dependerá da qualidade das informações. Outro ponto analisado é o momento em que as informações começam a se repetir e não agregam mais valor à pesquisa. Marre (1991, *apud* BINKOWSKI, 2009, p.85) expõe que,

A partir de um certo número de entrevistas coletadas, as posteriores não acrescentam praticamente nada ao que as outras têm expressado. Dirá-se que o campo investigado está coberto e que se alcança um certo nível de saturação. As pessoas que doravante serão investigadas não acrescentarão nada extremamente significativo ao número de temas abordados. Pelo contrário, elas tendem a repetir o que as outras têm dito anteriormente.

Foram realizadas 10 entrevistas com famílias da comunidade e entrevistados também 13 jovens, totalizando 23 entrevistas. As mesmas foram realizadas no período de 21 de abril a 17 de maio de 2011. Os jovens entrevistados foram identificados por J<sub>1</sub>, J<sub>2</sub>,...,J<sub>13</sub> e as famílias por F<sub>1</sub>, F<sub>2</sub>,...,F<sub>10</sub>. Com base no exposto acima, a partir da vigésima terceira entrevista, as informações começaram a se repetir e julgou-se por bem que as informações obtidas eram suficientes para a análise.

Foi elaborado um roteiro semi-estruturado para a realização das entrevistas (APÊNDICES A e B), visto que é importante a elaboração deste, como salientado por Binkowski (2009, p.82) ao se referir à realização das entrevistas:

[...] a entrevista é guiada por uma relação de pontos de interesse que se vai explorando ao longo da entrevista. Basicamente, as questões são abertas, havendo um roteiro que serve como guia para alcançar os objetivos da pesquisa. O roteiro tende a funcionar como um lembrete para o entrevistador/observador, além de ser (tornar-se) um meio de monitorar o andamento e o tempo da entrevista.

Após a elaboração do roteiro passou-se à fase de aplicação das entrevistas, onde, primeiramente, a pesquisadora entrava em contato com as famílias e os jovens identificando-se como aluna do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dizendo que estava realizando o trabalho de conclusão do curso, cujo tema era sobre sucessão familiar e que gostaria de entrevistá-los. Caso as pessoas concordassem, era combinado com os mesmos o dia e o horário para as entrevistas. Na data combinada as entrevistas foram realizadas. Sempre antes de iniciar as entrevistas eram esclarecidas possíveis dúvidas deixando claro que os entrevistados não seriam identificados. Algumas entrevistas foram gravadas e outras foram tomadas nota no caderno de campo. Após as entrevistas, foram feitas as degrevações e realizada a tabulação de dados, para posteriormente iniciar a análise das mesmas.

Através da análise das entrevistas buscou-se confrontar as respostas com os objetivos desta pesquisa. Foram feitos questionamentos aos jovens e famílias da comunidade em estudo. Mesmo sabendo que a definição de idade adotada para jovem pela OIJ é a de 15 a 29 anos, em função das peculiaridades do local e do acesso aos entrevistados optou-se por realizar as entrevistas com jovens com idade entre 11 e 30 anos de idade e dez famílias. Procurou-se analisar as perspectivas para o futuro, aspirações pessoais, importância das

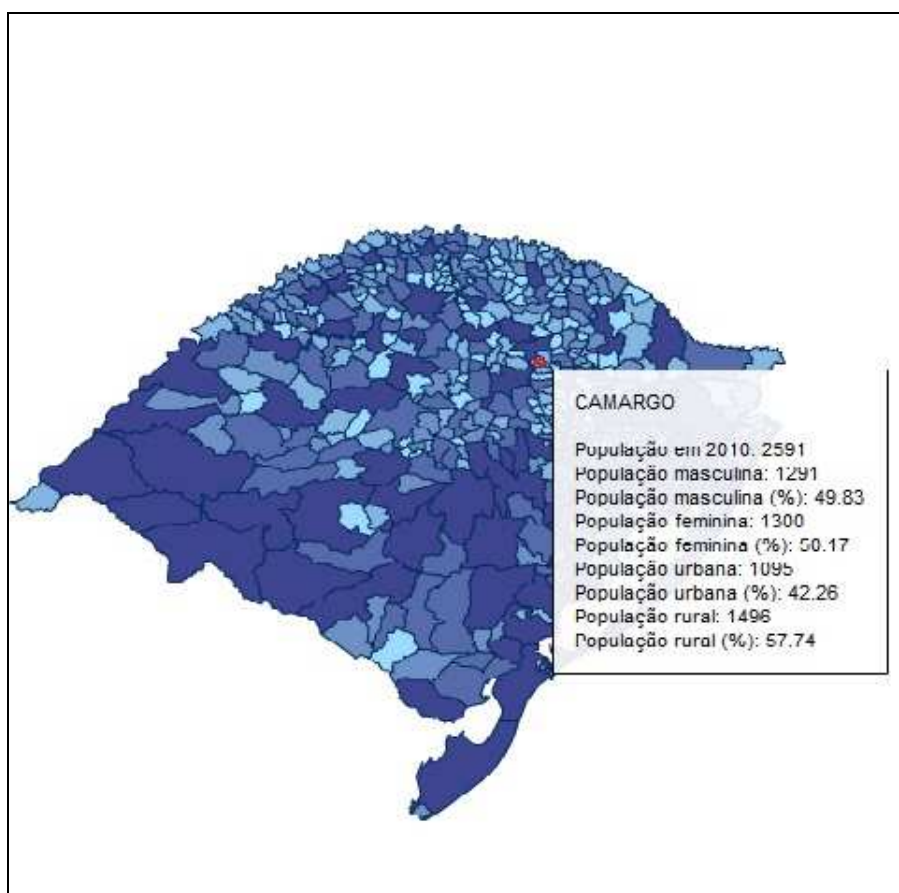
atividades agrícolas, e também, focando as questões nos jovens que migraram para as cidades deixando seus pais no meio rural, procurando identificar os motivos que levaram a esta escolha.

Ainda nas entrevistas com as famílias procurou-se identificar seus comportamentos no contexto das atividades rurais e das transformações a partir da modernização da agricultura. Também se buscou analisar as perspectivas destes para o futuro e seus anseios de realização pessoal, além de como veem as políticas públicas para a localidade.

## 4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMARGO

### 4.1 HISTÓRICO

Camargo é um município considerado novo, foi emancipado em 1988. De acordo com o IBGE (2010) o município possui 2.591 habitantes, destes 1.095 residem no meio urbano e 1.496 residem no meio rural. Destes, 1.291 habitantes são homens e 1.300 mulheres. Sua extensão territorial é de 138 Km<sup>2</sup> e está distante da capital 258 Km. Localiza-se na região da Encosta Superior do Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, próximo ao Planalto Médio, distante 7 km da RS 324, com acesso pela rodovia RS 132. Sua origem distrital é Marau e faz divisa com os municípios de Marau a Norte, Nova Alvorada a Sul, Vila Maria a Leste e Soledade e Ibirapuitã, a Oeste.



**FIGURA 3:** Localização do município de Camargo/RS.

**Fonte:** IBGE (2010).



De acordo com o livro “Camargo e sua História” (1992), os primeiros habitantes do município foram de origem italiana e vieram de Antonio Prado/RS. Estes chegaram às proximidades de Marau, onde toda planície era cercada de pequenas elevações que margeavam um rio e era habitado por algumas famílias de caboclos. Esse rio chamava-se Camargo, de onde se originou o nome do município.

As famílias italianas que se estabeleceram em Camargo, trouxeram consigo os hábitos e costumes de seus descendentes italianos; hábitos estes que prevalecem em muitas famílias até os dias atuais.

Em 10 de abril de 1988 foi realizado o plebiscito para a emancipação do município e em 12 de maio de 1988 foi criado o município de Camargo, através da Lei Estadual nº. 8.620, sendo o dia 12 de maio o dia do município.

O município possui 10 comunidades: Santo Antônio de Lisboa, São Pedro do Gramado, São Victor, Desvio Bonito, Bela vista, Paraíso, Tunas, Alto Alegre, Arranca Toco e Povoado de Baixo.

## **4.2 AGRICULTURA**

As principais atividades econômicas do município de são sistemas de integração (frangos de corte e suínos), atividade leiteira e cultivo de grãos (soja, milho, trigo).

O setor primário, agricultura e pecuária, representa cerca de 53,43% da economia do município contando com cerca de 493 estabelecimentos (FEE, 2008).

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (2011), o município tinha 44 estabelecimentos com produção comercial de suínos em 2010. A maioria em sistemas de integração com capacidade instalada de produção de aproximadamente 18 mil cabeças totalizando, 54 mil suínos ao ano. Estima-se que cerca de 160 pessoas estão envolvidas diretamente no processo de produção.

O leite está presente em 58% das propriedades rurais com uma produção diária de 15000 litros (EMATER, 2007).

No município estão instalados 350 aviários considerando todos de 50x12m ou 600m<sup>2</sup> com capacidade instalada de alojar cerca de 2.625.000 cabeças por lote e 15.750.000 por ano,

sendo que estes avicultores possuem integração com as empresas: Minuano, Agrogem, Nicolini, Perdigão e da Doux Frangosul.

Dentre as culturas apresentam-se a soja, o milho, o trigo, o fumo, a erva mate, feijão, entre outros.

A EMATER–ASCAR/RS está presente no município desde o ano de 1997, onde presta assistência técnica e orientação aos agricultores, fazendo também um trabalho de preservação ao meio ambiente.

### **4.3 INDÚSTRIA**

Camargo é um município pequeno, possui poucas indústrias em funcionamento. Pode-se citar atualmente em funcionamento uma ervateira e uma indústria de processamento de plástico. Estão se instalando no município mais duas indústrias, uma de processamento de biodiesel e outra de reciclagem de plásticos. As empresas em funcionamento empregam a maioria dos jovens da cidade e alguns do meio rural também. Ressalta-se aqui que muitos jovens migram para outras cidades a procura de trabalho, entre elas, Marau, Vila Maria e Passo Fundo.

### **4.4 EDUCAÇÃO**

Na sede do município existem estabelecimentos de ensino. Os alunos das comunidades do interior deslocam-se até a Escola Estadual de Ensino Médio Pandiá Calógeras que possui desde o pré-escolar até o ensino médio funcionando no turno do dia e da noite. Também possui a Casa da Criança, uma escola de educação infantil que funciona durante o turno do dia. Todos os discentes contam com transporte escolar gratuito. O município possui uma escola municipal, localizada na comunidade de Paraíso, que atende alunos até o 5º ano.

Quanto ao ensino superior os alunos dispõem de transporte gratuito para o Campus da Universidade de Passo Fundo (UPF) de Casca e Campus da UPF de Passo Fundo no turno da noite. Os alunos que frequentam escolas agrotécnicas também recebem auxílio transporte.

Ainda existe em Camargo um Polo da UAB (Universidade Aberta do Brasil) que conta com diversos cursos a distância da UFPEL (Universidade Federal de Pelotas) e UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). O Polo possui prédio totalmente equipado para as aulas e atividades, bem como uma biblioteca.

#### 4.5 A COMUNIDADE DE SÃO VITOR

A comunidade de São Vitor, situada no interior do município de Camargo/RS, distante cerca de 8 km da sede do município, foi fundada por volta de 1909 por famílias que vieram de Caxias do Sul, descendentes de italianos.



**FIGURA 4:** Mapa do município de Camargo/RS – no detalhe, a Comunidade de São Vitor.

**Fonte:** Adaptado de Secretaria municipal de Educação e Cultura de Camargo (2008).

A comunidade hoje é formada por 37 famílias que praticam a agricultura familiar. São realizados alguns cultivos para subsistência e praticadas outras atividades, entre as principais estão à produção de grãos (principalmente a soja), bovinocultura de leite e de corte, avicultura

e suinocultura. A região tem em seu cerne na colonização italiana. Isso foi o que definiu as relações de trabalho e as características da localidade.

No que se refere à economia é uma região plana que possui solos férteis e de fácil cultivo. A maioria das propriedades trabalha com o plantio de soja associada a outras atividades. Também a maioria das famílias possui condição financeira estável. Possuem todas as ferramentas necessárias ao plantio sendo utilizadas máquinas e técnicas modernas nas atividades nas propriedades. A mão de obra utilizada na realização das atividades é totalmente familiar.

## 5 ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, com base nas informações obtidas nas entrevistas com os jovens e as famílias, apoiada na revisão bibliográfica.

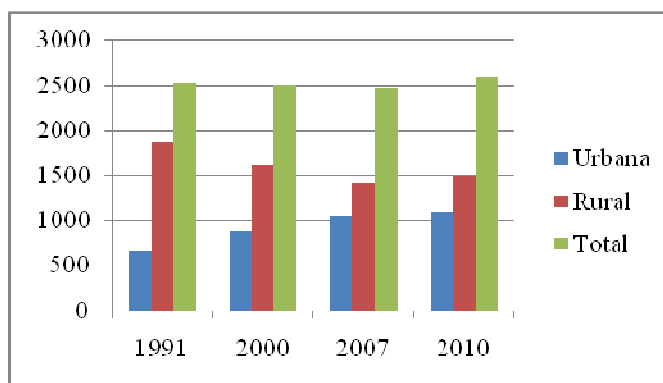
No município de Camargo, onde a presente pesquisa foi realizada, os dados do IBGE (2010) mostram que, embora a população rural ainda seja maior do que a população urbana é importante fazer um estudo para compreender que modificações estão ocorrendo entre este movimento rural-urbano. Para isso buscou-se analisar uma comunidade do município cuja dinâmica migratória estava acontecendo.

**TABELA 2:** População do município de Camargo/RS, no período entre 1991 e 2010.

	1991	2000	2007	2010
<b>Urbana</b>	656	880	1056	1095
<b>Rural</b>	1870	1618	1415	1496
<b>Total</b>	2526	2498	2 471	2591

Fonte: CENSO Demográfico/IBGE (1991; 2000; 2007; 2010).

Em 1991 a população rural representava 74% da população do município e a urbana 26%. Em 2000, o rural diminuiu e passou a representar 65%; e o urbano 35% da população do município. Em 2007, a população rural reduziu representando 57% da população e a urbana teve acréscimo, representando 43% da população. No ano de 2010, a população rural representou 58% dos habitantes do município e a urbana 42%. Podemos observar a partir destes números como em 10 anos a população rural diminuiu gradativamente e a urbana aumenta. Podemos visualizar essa mudança no GRÁFICO 1.



**GRÁFICO 1:** Comparativo entre população rural e urbana no município de Camargo/RS.

Fonte: Adaptado Censo demográfico/IBGE (1991; 2000; 2007; 2010).

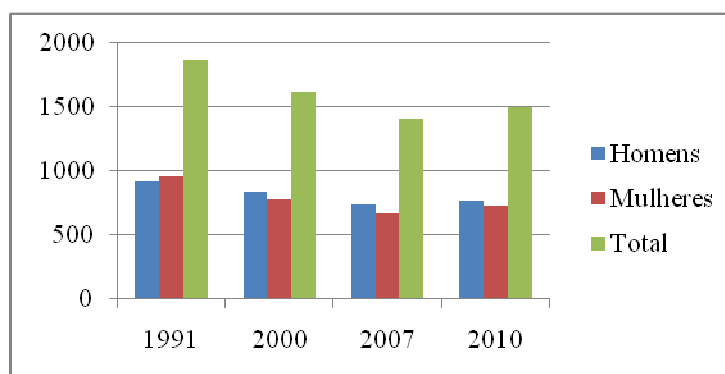
As informações do IBGE também mostram que o número de homens no meio rural tem sido maior que o de mulheres.

**TABELA 3:** Quantidade de homens e mulheres no meio rural de Camargo/RS, no período entre 1991 e 2010.

	1991	2000	2007	2010
<b>Homens</b>	916	839	737	768
<b>Mulheres</b>	954	779	672	729
<b>Total</b>	1870	1618	1409	1497

**Fonte:** CENSO Demográfico/IBGE (1991; 2000; 2007; 2010).

Em 1991 a população feminina do meio rural do município de Camargo representava 51% e a masculina 49%; já em 2000, esse número mudou para 48% de mulheres e 52% de homens ; em 2007, o percentual se manteve e em 2010 com 49% de mulheres e 51% homens.



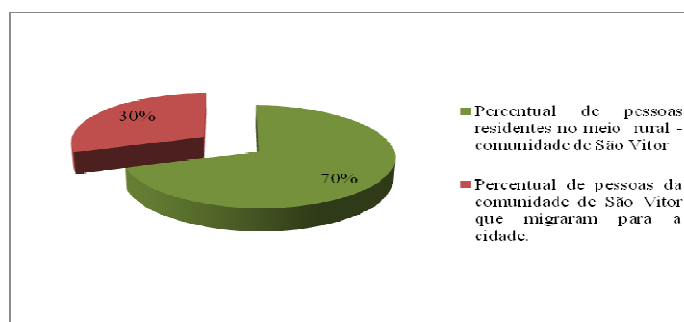
**GRÁFICO 2:** População de homens e mulheres no meio rural de Camargo/RS.

**Fonte:** Adaptado CENSO Demográfico/IBGE (1991; 2000; 2007; 2010).

Com base nos dados levantados acerca da comunidade de São Vitor, pode-se diagnosticar que há aproximadamente 20 anos atrás residiam na localidade em torno de 187 pessoas com uma média de 5 pessoas por família. Nos dias atuais levantou-se o número de 131 pessoas residentes, já descontando aqui os jovens que migraram para a cidade para estudar ou trabalhar e retornam somente nos finais de semana, com uma média de 3,5 pessoas por família.

Abaixo, segue o GRÁFICO 3 com a demonstração destes números. Pode-se verificar através das informações do gráfico que em aproximadamente 10 anos, mesmo considerando o

número de nascimento neste período, a população diminuiu 56 pessoas, o que representa 30% da população anterior.

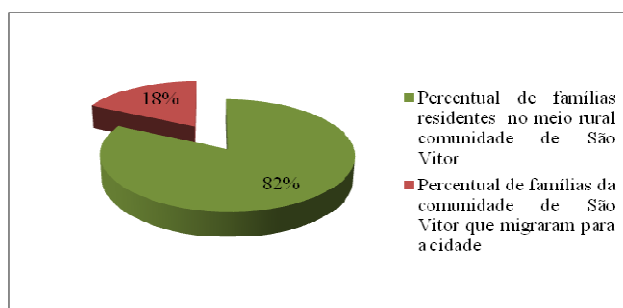


**GRÁFICO 3:** Êxodo Rural na comunidade de São Vitor nos últimos 10 anos.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2011).

Também levantaram-se dados acerca da faixa etária da população residente adulta, sendo que a média entre as mulheres foi de 52 anos e entre os homens foi de 56 anos. No que se refere aos jovens e crianças que ainda residem na localidade identificou-se os seguintes números: 11 meninas residentes com média de idade de 11 anos (variando de 2 a 30 anos); entre os meninos foram identificados 12 jovens e a média de idade foi de 17 anos (variando de 5 a 25 anos). Encontram-se ainda na comunidade algumas pessoas que são consideradas jovens perante a comunidade por serem solteiros e residirem com os pais, são aproximadamente 5 pessoas do sexo masculino com idade média de 55 anos.

Dos jovens que saíram da comunidade, alguns casaram, outros saíram para estudar e trabalhar na cidade e, ainda, pode-se constatar a saída definitiva de 8 famílias nos últimos 10 anos. Pode-se observar essa representatividade no GRÁFICO 4.



**GRÁFICO 4:** Percentual de famílias da comunidade de São Vitor, Camargo/RS que migraram para o meio urbano.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2011).

Da mesma forma do apresentado na pesquisa de Dalcin e Troian (2009, p.10), “os que permanecem no meio rural, são aqueles que de alguma forma darão continuidade nas atividades desenvolvidas pela família, os sucessores são na maioria dos casos, os que deverão cuidar dos pais ou sogros”.

Esse fator está bastante ligado à importância que os jovens percebem que tem dentro da unidade produtiva. Na comunidade de São Vitor, os jovens entrevistados veem na ajuda nas atividades da propriedade sua maior responsabilidade e importância.

Analisando a opinião dos jovens quanto ao trabalho realizado na agricultura familiar Weissheimer (2009) afirma que a maioria gosta da atividade, entretanto, esta maioria se revela principalmente entre os mais velhos e as mulheres. Na mesma pesquisa esse autor também evidenciou quanto a importância que os próprios jovens atribuem a si, na participação dos resultados da propriedade. Como respostas a esta indagação obteve: “muito importante” para os homens adolescentes e “pouco importantes” para as mulheres adolescentes. Pode-se observar aqui o fato de como a diferença de sexo e idade interferem na visão que os jovens tem sobre a agricultura. “[...]os homens relacionam a agricultura a uma atividade que permite ter independência financeira, enquanto as mulheres enfatizam mais a importância deste trabalho para a sociedade (WEISSHEIMER, 2009, p.308).

Dalcin e Troian (2009, p.6) consideram que “na agricultura familiar a juventude está presente por meio de sua inserção no trabalho familiar no estabelecimento agrícola”.

Os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho - auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa - desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento (SILVESTRO *et al.* 2001 *apud* DALCIN e TROIAN, 2009, p.6).

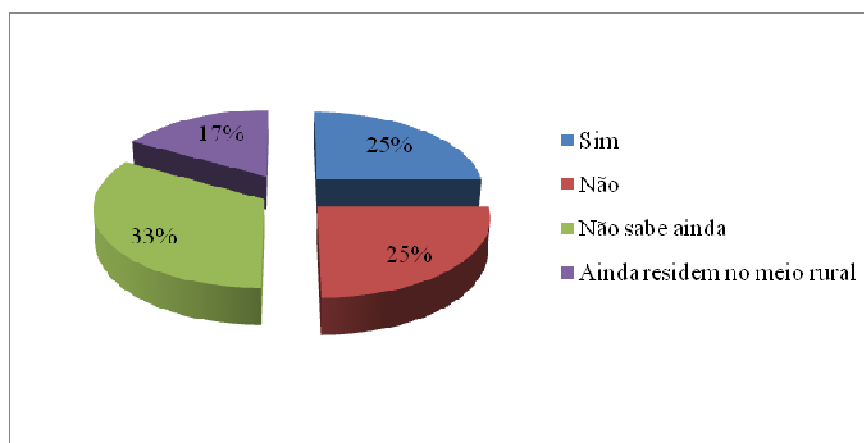
Até alguns anos atrás a participação dos jovens nas atividades agrícolas se dava como o exposto acima. Atualmente, como identificamos nas entrevistas os jovens auxiliam na propriedade até chegarem à adolescência. Então partem em busca de estudo e trabalho na cidade. Os jovens da comunidade que migraram, foram principalmente para as cidades de Vila Maria, Marau, Passo Fundo, em busca de estudo e principalmente trabalho. Considerando que o município oferece ensino superior na própria sede, através da UAB e também disponibiliza transporte a universidades e escolas técnicas de outras cidades, não se visualiza a necessidade da migração para fins de estudo. Quanto à migração relacionada à procura de trabalho, salienta-se que o município possui poucas opções de emprego no meio urbano, porém, há perspectiva da instalação de novas empresas. Observa-se que com a



instalação dessas novas empresas vai abrir novas vagas de trabalho, uma possibilidade para que os jovens permaneçam no município.

Dos jovens entrevistados da localidade de São Vitor, a maioria auxilia nas atividades da propriedade nos finais de semana, estuda e/ou trabalha na cidade e apenas um disse buscar se qualificar/estudar e conhecer novas tecnologias para aprimorar as atividades do campo.

No GRÁFICO 5 estão às respostas sobre a intenção de voltar ao meio rural ou não; esta indagação foi feita aos jovens que já migraram ou que trabalham no meio urbano.



**GRÁFICO 5:** Representatividade de jovens que tem intenção de retornar ao meio rural.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2011).

Analisando o gráfico tem-se que 25% não pretendem voltar ao meio rural, outros 17% são aqueles jovens que residem no meio rural, mas trabalham no urbano e não se envolvem muito com as atividades do estabelecimento; 25% demonstra interesse em retornar, alguns para assumir a propriedade, outros para gerenciar ou apenas manter como um sítio ou local de moradia; e na maioria 33% ainda não sabe se volta ou não ao meio rural. Avaliando as perspectivas que os jovens entrevistados tem para seu futuro, obteve-se as seguintes respostas:

- ✓ Ser médico;
- ✓ Estudar para conseguir um bom emprego;
- ✓ Realização pessoal e financeira, reconhecimento pelo trabalho executado, ser feliz;
- ✓ Concluir estudos, ter um bom emprego e depois buscar maior escolaridade;
- ✓ Através do trabalho e estudo conquistar um futuro melhor;
- ✓ Realização profissional;
- ✓ Continuar trabalhando na cidade;
- ✓ Viver bem e com conforto.

Observou-se a fala de dois entrevistados, mulher e homem respectivamente, quanto à permanência e importância de suas atividades no meio rural, os mesmos comentam que:

*“Mudei para a cidade para poder estudar e arrumar emprego, pois mulher em propriedade pequena é complicado, sem muitas perspectivas” (J<sub>1</sub>).*

*“Minha perspectiva para o futuro é dar continuidade ao meu trabalho e minhas responsabilidades, podendo trabalhar em empresas da região, mas também de manter a atividade no campo, pois gosto desta, e é do meio rural que provem maior parte da minha renda” (J<sub>2</sub>).*

Ao deixarem o estabelecimento paterno, os filhos buscam se estabelecer financeiramente para posteriormente auxiliar os pais. O auxílio é baseado na possibilidade dos filhos ascenderem a uma profissão urbana e ter condições econômicas de sustentar ou ajudar a manter os pais futuramente no meio urbano. No fundo, os agricultores também parecem esperar por isso. Ao direcionarem os filhos para ocupações urbanas esperam que eles conquistem uma remuneração mais satisfatória do que conseguiriam na atividade agrícola (SPANEVERELLO, 2008, p.161).

Quando questionados se gostariam que os filhos continuassem a residir na localidade, nove famílias responderam que sim - que gostariam que os filhos continuassem a cuidar do que estão construindo; uma família respondeu *“gostaria que alguns dos filhos ficasse responsável pela mesma mantendo suas atividades e seu aspecto, mas não necessariamente obrigados a morarem nela” (F<sub>10</sub>).* Dalcin e Troian (2009, p.6) apontam que

Dentre as dificuldades encontradas para a formação de novas unidades produtivas estão o desejo de muitos jovens de não dar continuidade ao processo reprodutivo social das propriedades semelhante ao de seus pais nas atividades rurais. Isso significa dizer que o êxodo rural em que predomina a agricultura familiar hoje, atinge as populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores.

Já quando questionados se incentivam a permanência de seus filhos no meio rural, as respostas foram um pouco diferentes. Eles gostariam que algum dos filhos pudesse dar continuidade à manutenção da propriedade, mas por outro lado gostariam que os filhos tivessem uma “vida” diferente do que a deles. Spanevello (2008) analisa que:

Os efeitos dessas mudanças entre os agricultores podem ser sentidos nos encaminhamentos profissionais que os filhos tentam dar aos filhos. Atualmente, por conta das alterações na percepção sobre a ocupação agrícola, o encaminhamento dos filhos para seguir na agricultura já não é mais um processo mantido de maneira incondicional pelos pais, no mesmo sentido dado no passado, segundo o qual ‘filho de agricultor também é agricultor’. Os esforços para tornar os filhos agricultores são dependentes das condições locais e dos estabelecimentos familiares (SPANEVERELLO, 2008, p.144).

Na atualidade os agricultores veem como mais importante que os filhos busquem por estudo. Eles não querem que os filhos enfrentem as dificuldades que eles enfrentam com o

trabalho na agricultura. Isso explica a colocação dos pais ao falar que desejam uma vida melhor aos seus filhos. Esse melhor pode ser considerado como menos sofrido, ambiente de trabalho diferente, principalmente quando se referem ao frio no inverno e a não ter dias de descanso, pois na atividade agrícola o trabalho é realizado também aos finais de semana.

A perspectiva de buscar outra ocupação reside no desejo de desenvolver outra atividade ‘menos sofrida’, ‘melhor remunerada’ ou ‘mais valorizada’. Com base nas percepções relacionais, os agricultores ressaltam a valorização das ocupações urbanas, considerando como positivo o trabalho urbano, especialmente pelas rendas fixas comparativamente às condições atuais em que desenvolvem a atividade agrícola, seja pelo desgaste físico da atividade, pelos poucos rendimentos – com produção de pequena escala ou com pouca eficiência produtiva, geradora de menor renda – e valorização do trabalho (geralmente associada à falta de preço dos produtos agrícolas, fazendo o agricultor se sentir um trabalhador pouco remunerado pelo que produz) (SPANEVERELLO, 2008, p. 152).

A seguir alguns apontamentos que as famílias de agricultores entrevistadas fizeram quanto ao incentivo que dão à permanência de seus filhos no meio rural. Pode-se verificar que a vontade dos pais às vezes diverge dos planos que os filhos têm para o futuro.

*“Não incentivamos, por que os jovens não tem futuro na agricultura, já nas cidades eles estudam e tem a chance de um bom emprego”*(F<sub>1</sub>). Essa afirmação tem implícita a ideia de que trabalhando no meio rural, os filhos não terão ascensão financeira e nem uma boa qualidade de vida. Os pais afirmam isso levando em consideração o fato de que trabalhando na agricultura, a renda não é sempre certa, depende das condições climáticas nos casos de cultivo de soja, milho e trigo. Também, pode-se considerar o fato de considerarem o trabalho penoso, como por exemplo, para quem trabalha com bovinocultura de leite, não tem momentos integrais de descanso em finais de semana e feriados, pois é necessário continuar com a atividade. Outra consideração acerca da atividade leiteira é quanto à realização diária das tarefas relacionadas, mesmo com condições climáticas desfavoráveis (chuva, geada, frio) ao bem estar humano.

*“Incentivamos para dar continuidade ao plantio e a colheita no meio rural, pois é um meio de sobrevivência muito bom. E também por que nossos filhos são os únicos que podem dar continuidade a essa vivência no campo, passando de geração em geração”* (F<sub>3</sub>). A colocação dessa família é importante, pois apresenta a vontade que estes têm de que as atividades e valores aprendidos no meio rural, sejam repassados as próximas gerações. Para essa família é de fundamental importância a presença de sucessores.

A seguir outra afirmação de pais entrevistados que gostariam que os filhos continuassem na atividade agrícola *“sim, pois no campo se vive muito bem, podemos ser empreendedores e não empregados podemos ter de tudo ao nosso alcance”* (F<sub>4</sub>). Ao analisar

essa afirmativa remetemo-nos a ideia de trabalhar para si, não ter que cumprir horários pré-determinados, ser o dono do próprio negócio. Também quando o entrevistado fala em ter tudo ao alcance, remete-nos a ideia de produzir alimentos para subsistência, estar em contato com a natureza, ar limpo, longe poluição cidades, alimentos frescos e mais saudáveis, cultivados sem venenos.

Abaixo mais algumas falas que demonstram o incentivo dos pais à permanência dos filhos nas propriedades rurais. “*Sim, pois herdarão a propriedade e devem continuar o trabalho de muitos anos*” (F<sub>6</sub>). “*Com certeza, pois estamos trabalhando para que no futuro tenham uma vida melhor*” (F<sub>8</sub>). “*Sim, gostaria que ficassem, mas teriam que ter estudado algo diferente como um técnico agrícola ou agronomia [os filhos fizeram administração e direito]*” (F<sub>9</sub>). “*Incentivo, pois acredito que o meio rural [a propriedade] é viável e pode garantir no futuro, se bem gerenciada uma boa fonte de renda e qualidade de vida e principalmente ter um negócio próprio [autonomia]*” (F<sub>10</sub>).

Analisando as famílias que não demonstram incentivo a permanência dos jovens no meio rural tem-se o seguinte exemplo: “*Hoje não incentivamos, pois temos poucas perspectivas de futuro no local. Não incentivamos a permanência deles na propriedade devido às dificuldades que enfrentamos [não possuem ninguém para auxiliá-los], mas também não venderíamos [a propriedade]; incentivamos que trabalhem na cidade mas mantenham a propriedade*” (F<sub>5</sub>). Essa afirmação é de uma família, cujo casal só teve filhas. O casal pretende manter a propriedade, deixá-la como herança às filhas, e não gostaria de se desfazer dela. Uma alternativa então é a entrada de terceiros na propriedade, ou seja, pessoas que irão trabalhar para manter as atividades da propriedade. O agricultor entrevistado enfatiza que se tivesse tido um filho, a possibilidade de sucessão seria maior, pois teria para quem deixar a propriedade. “*Hoje, as gurias [filhas] saíram para trabalhar [...] com filhas mulheres é mais complicado a questão da sucessão, se tivesse tido um homem, teria hoje alguém que me ajudasse nas atividades da propriedade e provavelmente seria um sucessor.*”

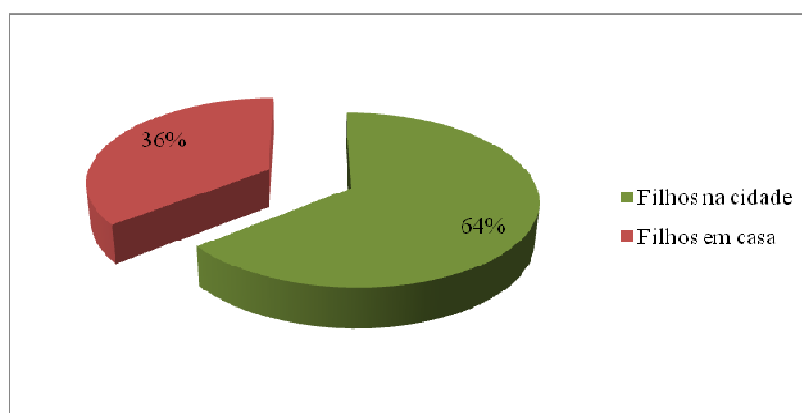
A vontade de ter sucessores existe, mas não há quem assuma as atividades, o casal está envelhecendo e dentro de alguns anos essa propriedade é um exemplo da não-sucessão. Bem provável que ela servirá de moradia e serão realizadas algumas atividades de subsistência. As demais atividades, que visam lucro serão de responsabilidade de terceiros.

Para Spanevello (2008, p.165) “associado ao estímulo para permanecer na atividade em função da percepção positiva da ocupação agrícola, verifica-se que esse estímulo também é dado pelas possibilidades materiais e simbólicas que os pais podem dar aos filhos”. Os

agricultores dão uma recompensa que acaba favorecendo a permanência na atividade agrícola. Essa recompensa é vista como um estímulo à permanência do filho sucessor. Eles podem receber áreas de terra, carros, equipamento para modernização da propriedade, entre outros.

Dentre os motivos que levaram os jovens a migrar para a cidade destacam-se a facilidade de acesso às universidades e o acesso a vagas de trabalho, como comenta um dos jovens: “*no campo o trabalho é mais sacrificante e não se tem reconhecimento*” (J<sub>1</sub>). Outro jovem ainda expõe o seguinte: “*ainda moro no campo, o que me levou a trabalhar na cidade foi a valorização do estudo e uma realização pessoal*” (J<sub>3</sub>).

Conforme Dalcin e Troian (2009, p.7), “os futuros agricultores (jovens) serão cada vez mais pluriativos, assim sendo, suas rendas dependerão da agricultura, mas também de outras atividades”. Isso se confirma na colocação de Wanderley (1999) de que a pluriatividade e o trabalho fora do meio rural de alguns membros da família, não significa a emigração, mas podem ser considerados como fatores positivos, pois a família pode viabilizar suas estratégias de reprodução. Isso faz com que diminua o êxodo rural e que as atividades de produção relativas à agricultura familiar perdurem por mais tempo e até mesmo que se fortaleçam.



**GRÁFICO 6:** Migração e permanência de jovens.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2011).

Considerando a situação fundiária dos entrevistados, identifica-se que todos os entrevistados são donos de sua propriedade, o que se observa também no restante da comunidade. Além disso, algumas famílias arrendam áreas de terceiros para complementar as atividades agrícolas. As famílias entrevistadas possuem área de terra em torno de 24 hectares (ha). Essa situação é importante em se falando de agricultura, pois é motivador para os produtores rurais serem proprietários de suas terras e a isso não se deve associar apenas o aspecto econômico, mas também o cultural.

Dentro das famílias entrevistadas a terra ou a propriedade na maioria dos casos foi herdada. Em alguns casos parte foi herdada e parte adquirida posteriormente, alguns também afirmam que herdaram parte da propriedade e o restante comprou dos outros herdeiros que, conseqüentemente, se estabeleceram em outras localidades ou no meio urbano. Também há casos em que os entrevistados afirmam que a propriedade foi herdada e a área era bem maior, mas foi dividida entre os herdeiros, permanecendo pequenos lotes de terra. Alguns dos entrevistados sempre viveram na localidade e outros estão residindo neste local há menos tempo, mas a maioria veio de comunidades rurais vizinhas.

Spanevello (2008, p.120) observou que os estabelecimentos são adquiridos em “[...] combinação da herança e aquisição, ou seja, ganhou parte na herança e agregaram outras áreas através da compra ou adquiriram todo o estabelecimento de terceiros [...], ou ainda somente de herança, compra de parentes ou irmãos e compra de terceiros”.

As colocações da autora que seguem, identificam-se com as situações de alguns dos agricultores entrevistados nas famílias, onde herdaram parte da propriedade e adquiriram a parte restante dos outros herdeiros.

Nas gerações anteriores, os pais dividiam excessivamente suas áreas na tentativa de colocar todos os filhos, tornando-as muito reduzidas, no entanto, frente ao processo demandado pela modernização da agricultura, especialmente voltada à alta produtividade e utilização de maquinário, os agricultores tiveram que adquirir novas áreas (SPANEVELLO, 2008, p.120).

Quanto à escolaridade dos jovens entrevistados, observou-se uma escolaridade alta, pois 6 possuem ensino superior completo, 5 possuem ensino superior incompleto e 1 jovem ainda está no ensino fundamental e médio. Para Weisheimer (2009), o estudo é visto pelos jovens como um local de interação e valorização social e os leva a vislumbrar possibilidades futuras de mobilidade social.

Para Ferrari *et al.* (2004 *apud* Gaviria e Menasche, 2006, p.72), “um fator que tem forte incidência sobre a migração dos jovens para centros urbanos é a educação, assumida como veículo de mudança da atividade agrícola para atividades não agrícolas”. Carneiro (1998) define a situação do estudo como uma estratégia,

[...] pouco presente nas unidades familiares a fim de garantir a reprodução do grupo familiar está no *dar o estudo*, trata-se de uma estratégia entendida como pertencente aos valores modernos. Com a impossibilidade de garantir a aquisição de uma nova área de terra ou bens na cidade como a casa própria, a opção dada aos filhos é o estudar. O “*estudar*” tem intrínseco a projeção de não voltar à atividade de agricultor. Quanto mais estudo significa adentrar em outras atividades e se direcionar cada vez mais para os centros urbanos (CARNEIRO 1998, p.21).

Até alguns anos atrás o estímulo da família para que a mão de obra excedente migrasse, exercia forte pressão sobre os filhos não-sucessores. Estes migravam para a cidade, mas sabiam que não estavam excluídos do processo de herança. “Nos primeiros tempos de migração dos jovens para a cidade, o abandono da casa paterna era visto com naturalidade, como um dever decorrente da submissão dos indivíduos aos interesses familiares” (CARNEIRO, 2001, p.40). Mais tarde, esta situação se inverteu, e dependendo das condições econômicas da propriedade familiar permanecer neste meio passou a representar um fator de exclusão social (CARNEIRO, 2001). O estudo passa a ser, então, uma nova forma de herança: “um investimento no futuro como um caminho alternativo à agricultura” (CARNEIRO, 2001, p.40).

Alguns estudos anteriores assinalam que as moças quando saem para estudar em sua maioria não retornam a casa dos pais para morar e trabalhar com a agricultura. Também não tem pretensão de casar com agricultores, pois se veem na posição de suas mães. Quanto ao casamento, este não existindo, a herança das mulheres é vista de forma diferente. Elas não recebem mais bens como enxoval e sim uma outra forma de recompensa, o pagamento de seus estudos (SPANVELLO, 2008).

Durante a realização das entrevistas constatou-se que o incentivo para jovens migrarem para a cidade foi a busca por estudos. Essa busca por escolaridade tem como consequência a inclusão no mercado de trabalho urbano, e assim conseguem ter uma vida melhor, diferente da do meio rural, se sentem mais valorizados, não retornando assim à casa paterna após o fim dos estudos.

A principal atividade desenvolvida pelos jovens e suas famílias em suas propriedades é a produção de leite. A bovinocultura leiteira é uma atividade que vem ganhando espaço na comunidade, bem como na região, em função da renda mensal que proporciona. Normalmente essa atividade é administrada pelas mulheres.

Das jovens que deixaram o meio rural, segue abaixo uma fala que representa como era a sua importância nas atividades da propriedade quando residia nela.

*“Pouca importância, muito do trabalho é braçal e/ou forçado para mulheres. Não vejo muita coisa que mulher poderia fazer no ramo. E, por exemplo, tirar leite não era coisa que eu gostava de fazer” (J<sub>1</sub>).*

Outro jovem que ainda trabalha na propriedade também expressa sua opinião.

*“Vejo como fundamental, pois as atividades estão evoluindo rapidamente, surgem constantes mudanças, sendo que meus pais não conseguem mais acompanhar estas mudanças*

*e os avanços tecnológicos que exigem cada vez mais, devido ao fato que os pequenos detalhes fazem a grande diferença (J<sub>10</sub>)”.*

Outra atividade agrícola desenvolvida nas propriedades entrevistadas é a produção de soja que é cultivada na maioria das propriedades. É um cultivo que pode ser consorciado com a produção de leite, pois se utiliza a terra no verão para a soja e, no inverno, para as pastagens que alimentam o gado leiteiro. Apresentam-se ainda outras atividades como a avicultura e a suinocultura. Entre as produções de lavoura estão o milho, trigo e outros cultivos de subsistência. Estas são atividades complementares, mas que possuem papel importante em termos de diversificação em especial no que se refere à agricultura familiar.

Muitas propriedades são pluriativas. Os agricultores e jovens conciliam atividades não agrícolas com as atividades da propriedade. Algumas agricultoras são professoras, merendeiras do município e alguns jovens possuem trabalho na cidade, mas residem junto a suas famílias no meio rural, ajudando em algumas atividades no tempo que tem disponível.

Pluriatividade refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família como domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p.12).

Tanto os jovens e as famílias entrevistadas são ligados à religião católica e participam de algumas atividades na comunidade. Entre estas atividades foram citadas: catequese, futebol [rapazes], celebrações, grupos de liturgia, festas na comunidade. Porém, a partir da análise das entrevistas, evidenciou-se uma redução da participação dos jovens nos espaços da comunidade, eles se fazem muito pouco presentes nas atividades de festas, liturgias, diretorias e grupo de jovens.

De acordo com Tonezer (2009, p.30), “o meio rural vem sendo ameaçado pelo êxodo”. Os jovens deixam o negócio familiar em busca de novas oportunidades, principalmente de renda, pois não veem na agricultura futuro para eles. Isso gera um envelhecimento da população rural (TONEZER, 2009).

Na opinião das famílias entrevistadas, as causas que motivaram a ida dos jovens para o meio urbano foi estudar, trabalhar, pouco incentivo à agricultura, busca de melhores condições de vida, trabalhos mais leves, ser mais reconhecido, realização profissional, busca de trabalho e renda (trabalhar na agricultura necessário ter bastante terra). Outro comentário foi: “*saem do campo para estudar, cursar faculdade e acabam conseguindo emprego na cidade e por lá permanecem trabalhando e estudando*” (F<sub>2</sub>).



Na percepção de outra família de agricultores essa ideia também aparece: “*maior facilidade de acesso aos estudos, independência dos pais, maior liberdade e status, sendo que para a maioria dos jovens o meio rural é visto como um lugar isolado e atrasado*” (F<sub>3</sub>).

Buscando comparar com jovens de outras regiões, observaram-se os dados da pesquisa de Oliveira e Schneider (2009). Os autores apontam como principais motivos da migração dos jovens para o meio urbano a grande oferta de trabalho nas cidades, os padrões de trabalho dentro das famílias, onde, “as moças tem uma carga de trabalho pesada e sem qualquer contrapartida que valorize e estimule a sua permanência no campo, e a melhor formação educacional que as moças recebem, já tendo em vista projetos futuros fora da agricultura, motivados pela própria família” (OLIVEIRA e SCHNEIDER, 2009, p.153).

Quando questionados sobre quais poderiam ser os entraves à comunidade provocados pela migração dos jovens, as famílias entrevistadas afirmaram que é preocupante, pois como percebem a comunidade está ficando apenas com pessoas mais velhas e os jovens só retornam para casa nos finais de semana. Outro ponto trazido pelas famílias é que a mão de obra disponível nas propriedades diminuiu assim como também diminuiu o número de jovens que ajudavam nas celebrações e atividades da comunidade. O grupo de jovens que existia na comunidade foi encerrado devido a pouca participação dos jovens.

Abaixo o comentário de uma família quanto ao futuro da comunidade: “*acreditamos que em alguns anos teremos na agricultura apenas grandes proprietários de terras, já que o pequeno agricultor não consegue se manter e seus filhos migram para a cidade, isso faz com que acabem vendendo as terras*”(F<sub>4</sub>). Schneider (2009) comenta que

[...] nas duas últimas décadas a agricultura gaúcha ampliou os volumes da produção primária, reduziu o número de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias e diminuiu a área cultivada com grãos. Estas informações parecem sintomáticas das características que a agricultura e o emprego rural tendem a assumir nas próximas décadas. Ou seja, um setor econômico concentrado em um número cada vez menor de unidades produtivas, porém cada vez mais tecnificadas, eficientes e produtivas, que tende a gerar cada vez menos empregos (SCHNEIDER, 2009, p.5).

Outra percepção importante e que foi apontada é a de que, o meio rural vai envelhecendo e a juventude que possui maior capacidade de mobilização e de criar inovações deixam de atuar, fazendo com que o meio rural acabe enfraquecido. Mendonça *et al.* (2008) analisam que:

É de primordial importância que o poder público defina programas de incentivo ao agricultor familiar que se adaptem às peculiaridades dos territórios e que sejam capazes de despertar o interesse dos (as) jovens para sua realização profissional e pessoal num meio que eles conhecem e que pode ser valorizado com seu trabalho. Tema tão relevante como a ocupação do espaço rural não pode ser deixado sob responsabilidade somente das forças do mercado (MENDONÇA *et al.*, 2008, p.5).

Questionados quanto às políticas públicas que acham pertinentes serem elaboradas/modificadas/alteradas para melhorar as condições de vida dos jovens e motivá-los a permanecer nas comunidades rurais, obtiveram-se as seguintes respostas: mais interesse do poder público em manter os jovens no meio rural fornecendo recursos para isso; incentivar pesquisas sobre produtos agrícolas para melhorar a produtividade; reduzir impostos na produção agrícola, criar novos meios alternativos para ingressar na faculdade; criar novos cursos técnicos na própria comunidade para aprimorar o conhecimento dos jovens do interior sem que precisem sair de casa para estudar.

Outros pontos comentados pelos entrevistados: criar agroindústrias no campo para empregar não só os jovens, mas toda a comunidade; alterar leis ambientais; mais cursos de aperfeiçoamento; criação de escolas agrícolas; entre outros.

As famílias também comentam que gostariam de um maior incentivo à agricultura familiar e que fossem disponibilizados recursos financeiros com potencial de aumentar a produção e não apenas disponibilizar verbas para aquisição de máquinas; dessa forma fazendo com que o meio rural fique saturado de ferro (máquinas) provocando endividamento dos produtores. Ferrari *et al.* (2004) enfatiza que

Assim como o poder público investe na capacitação e na formação dos jovens urbanos, há a necessidade de construir uma política pública para os jovens rurais que desejam permanecer na agricultura, levando em conta sua heterogeneidade e suas expectativas. Seguir uma profissão diferente da dos pais não deve estar condicionado a deixar o convívio do lar. Para tal, é urgente construir no espaço rural as condições mínimas de cidadania, como educação, saúde, moradia e lazer. Além disso, as atividades econômicas dos outros setores da economia, especialmente atrativas para as moças, não devem permanecer restritas ao espaço urbano, criando-se oportunidades para os jovens rurais desenvolverem outras atividades além daquelas estritamente agrícolas, contribuindo assim para a dinamização social e econômica do espaço rural (FERRARI *et al.*, 2004, p.268).

Outro aspecto importante que pode interferir na decisão do jovem de permanecer no meio rural é a baixa rentabilidade da agricultura. “É preciso que sejam desenvolvidos programas públicos e que estes sejam capazes de proporcionar melhoria da renda dos (as) agricultores (as), facilitando a produção e comercialização dos produtos rurais” (MENDONÇA *et al.*, 2008, p.18).

Em pesquisas realizadas na região do Vale do Taquari/RS, Wedig e Menasche (2009) apontam que mesmo optando por ocupações não agrícolas os jovens veem o campo como um lugar de moradia desejado. Associam também ao meio rural características como calma, segurança, alimentos saudáveis e participação social em atividade da comunidade. Os jovens

que foram entrevistados em São Vitor identificaram as seguintes vantagens e desvantagens da vida no campo conforme podemos observar abaixo.

<b>Vantagens vida campo apontadas pelos jovens entrevistados.</b>	<b>Desvantagens da vida no campo apontadas pelos jovens entrevistados.</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vida mais tranquila;</li> <li>• Contato direto com a natureza;</li> <li>• Produção de alimentos para o consumo, mais saudáveis;</li> <li>• Mais privacidade;</li> <li>• Flexibilidade quanto aos horários de trabalho;</li> <li>• Mais autonomia;</li> <li>• Ar puro, longe da poluição;</li> <li>• Trabalho autônomo</li> <li>• Qualidade de vida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho extremamente maçante principalmente para pequenos agricultores que não dispõem de recursos para a compra de maquinários;</li> <li>• Leis ambientais que para o pequeno agricultor vai representar a perda de grande parte de sua renda;</li> <li>• A falta de oportunidade;</li> <li>• A incerteza dos lucros que se irá ter com a comercialização dos produtos;</li> <li>• A desvalorização dos jovens;</li> <li>• Dificuldades referentes ao clima que interfere diretamente na produção.</li> <li>• Os preços dos produtos também são muito vulneráveis ao mercado, não permitindo estabilidade na renda ou garantia de lucratividade.</li> </ul>

**QUADRO 1:** Vantagens e desvantagens da vida no campo identificadas pelos jovens entrevistados.

Em estudo de Menasche e Schmitz (2007 *apud* Wedig e Menasche 2009, s/p), realizado na comunidade rural de Fazenda Lohmann/RS a principal motivação observada pelas autoras para que os jovens rurais se dediquem a ocupações não-agrícolas “está relacionada à busca de uma renda autônoma em relação à unidade de produção familiar e, principalmente, ao acesso ao consumo de bens que essa renda possibilita”.

Através das explicações dos jovens entrevistados identificou-se que os mesmos desejam usufruir o que o campo e a cidade tem de melhor. Para Carneiro (2008 *apud* Wedig e Menasche, 2009, s/p) “a mobilidade entre o rural e o urbano aparece como possibilidade de conjugar ‘o melhor dos dois mundos’: de um lado, a ‘tradição’ materializada pela família, a localidade e a cultura de origem; de outro a ‘modernidade’, que se expressa na realização de um projeto autônomo”.

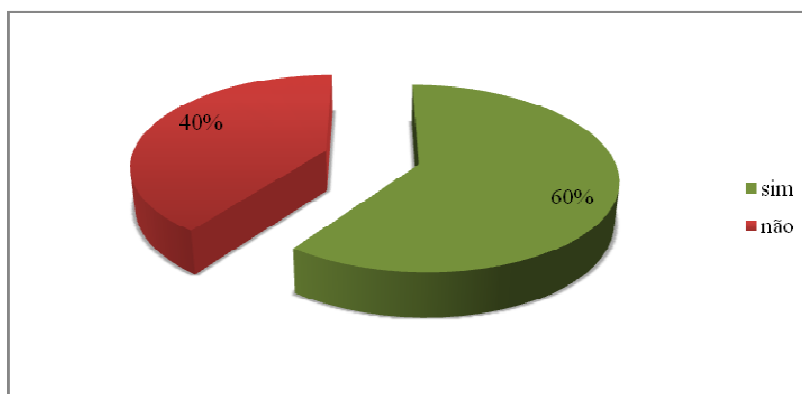
Para Wedig e Menasche (2009, s/p), entre as principais motivações que levam os jovens a buscarem ocupações não-agrícolas estão a delimitação precisa da jornada de trabalho [...], a renda autônoma em relação à unidade familiar e, especialmente, o acesso ao consumo que essa renda proporciona.

Nos jovens entrevistados na comunidade de São Vitor, observou-se os motivos pelos quais valorizam a cidade e também as dificuldades que encontram.

Vantagens vida no meio urbano apontadas pelos jovens entrevistados.	Desvantagens da vida no meio urbano apontadas pelos jovens entrevistados.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Salário fixo, férias, mais visibilidade social;</li> <li>• Proximidade para estudar;</li> <li>• Proximidade farmácias, hospitais, comércio;</li> <li>• Mais oportunidades de emprego;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mais opções de lazer;</li> </ul> </li> <li>• Facilidade de acesso as instituições de ensino;</li> <li>• Realização profissional;</li> <li>• Facilidade de deslocamento e acesso a bens e serviços;</li> <li>• Renda que independa do clima.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de segurança;</li> <li>• Custo de vida elevado principalmente dos alimentos e moradia;</li> <li>• Alimentação menos saudável;</li> <li>• Estresse com barulho;</li> <li>• Privações de liberdade e espaço;</li> <li>• Cumprimento rígido dos horários de trabalho;</li> <li>• Mercado de trabalho bem disputado, entre outros.</li> </ul>

**QUADRO 2:** Vantagens e desvantagens da vida no meio urbano apontadas pelos jovens entrevistados.

As famílias também foram questionadas quanto à intenção de permanecer no meio rural. O GRÁFICO 7 mostra o resultado obtido.



**GRÁFICO 7:** Perspectivas das famílias entrevistadas em permanecerem na comunidade.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2011).

Observou-se que 6 famílias pretendem continuar no meio rural. Justificam sua escolha devido ao alto custo de vida das cidades. As outras 4 famílias afirmaram ter vontade de migrar para a cidade. Apontam como motivo “tentar uma vida melhor”, “melhor qualidade de vida”, “*para descansar já que a vida na agricultura é bastante sofrida, trabalhos aos domingos*” (F<sub>5</sub>) e para ficar mais perto dos filhos [àqueles que já foram para a cidade]. Uma ideia semelhante está presente no texto de Desconsi (s/d).

A busca por “ter alguém para cuidar de nós”, tem maior significado do que propriamente conduzir a unidade doméstica. Nos casos onde não é possível manter o sucessor (filho), na unidade doméstica, pode ocorrer facilmente a migração dos pais para a cidade na tentativa dos filhos manterem os mesmos mais próximos, afim de garantir este compromisso moral com a família (DESCONSI, s/d, p.16).

Aos que pretendem migrar para meio urbano foi feito o questionamento acerca do que fariam com a propriedade. As respostas obtidas foram: continuar com parte das atividades (cultivos de soja, milho...), vender a propriedade, arrendar a propriedade para terceiros, incentivar um dos filhos a continuar na propriedade, administrá-la, trabalhar na propriedade para produzir alimentos de subsistência e plantar, mesmo morando na cidade.

O crescente processo de envelhecimento do meio rural da região Sul do Brasil indica uma ameaça ao desenvolvimento das unidades produtivas. Essa ameaça pode concretizar-se mais cedo do que se poderia imaginar. Em pesquisa com 53 agricultores Abramovay (1998) constata que 30 deles, ou seja, 56,60% tem mais de 45 anos de idade e apenas 6 entrevistados (11,32%) tem menos de 35 anos.

No estudo realizado na comunidade de São Vitor, levantou-se que de 30 pessoas (entre homens/mulheres, jovens) 23 delas, ou seja, 77% possuem idade superior a 41 anos e 7 pessoas (23%) possuem menos de 40 anos.

Fazendo uma análise das pessoas que hoje residem na comunidade, também se pode observar esse processo de envelhecimento. Observou-se também que há várias crianças ainda pequenas.

Nos casos analisados, em sua maioria não está definido se as propriedades têm ou não sucessores. Autores como Spanevello (2008, p.20) aponta algumas proposições para estas situações.

Em casos onde a permanência dos filhos deixa de ocorrer, os estabelecimentos familiares tornam-se suscetíveis a incorporação por outros proprietários. Com o esgotamento da capacidade física de trabalho dos pais, os mesmos acabam vendendo ou arrendando seus estabelecimentos a outros agricultores vizinhos ou a moradores da cidade que transformam o estabelecimento em sítio de lazer ou de final de semana, ou ainda em estabelecimentos empresariais.

Silvestro *et al.* (2001) expõe que quando os agricultores migram para a cidade e vendem suas terras/estabelecimentos à terceiros, a região onde residem perde suas particularidades e características. Deixam de existir identidades próprias no meio rural, relações sociais deixam de acontecer entre amigos, vizinhos. Também perdem fundamento grupos de terceira idade e jovens, sociedades (máquinas) e outras organizações de agricultores.

Tais famílias citadas pelo autor, ao venderem suas propriedades buscam investir no meio urbano. “O investimento urbano é justificado pela perspectiva de que os filhos não irão se instalar no estabelecimento” (SPANEVELLO, 2008, p.22). Esses investimentos podem ser

em terrenos ou imóveis. Os imóveis podem servir para os filhos que estudam e trabalham na cidade.

Por fim, com o intuito de exemplificar o cenário da problemática da sucessão familiar que vem ocorrendo na agricultura familiar, apresenta-se nos quadros abaixo o fragmento da entrevista realizada com uma família e uma filha de agricultor da mesma família, fazendo uma descrição geral de ambas as situações, procurando identificar características que se assemelham ao tema estudado.

A família reside na comunidade de São Vitor, distante 8 Km da sede do município de Camargo. Residem na propriedade o agricultor J., com 54 anos e sua esposa L., com 50 anos. Reside ainda na propriedade o Sr. D., (irmão da Sra. L.), solteiro, com 55 anos.

A propriedade possui 27 ha e a ocupação principal desenvolvida pelo casal é a bovinocultura leiteira, já o Sr. D. trabalha com gado de corte em outra área de terra que a família possui. Dona L., além de agricultora também é dona de casa. O casal teve 2 filhas, a mais velha saiu da propriedade com 20 anos após a conclusão do curso universitário, e a mais nova saiu de casa com 16 anos, para morar na casa dos avôs na cidade de Camargo. Hoje as filhas possuem T- 24 anos e S- 22 anos. Ambas residem na cidade. A filha T. reside na cidade de Vila Maria, e trabalha em uma empresa, e a filha S., reside na cidade de Camargo, também em uma empresa.

A família sempre viveu no campo, o Sr. J. morava no interior de Vila Maria e a Sr. L., no interior de Camargo, onde é a propriedade hoje. A Sr. L. reside na propriedade há 50 anos e o Sr. J. há 24 anos. Residia também o avô, Sr. D. que após o falecimento sua esposa casou-se novamente passando a residir na cidade de Camargo. O mesmo continuou trabalhando na propriedade até a velhice. Hoje, a propriedade para ele é um local de passeio e descanso. Ainda o Sr. D. que é solteiro, e não tem intenção de constituir família.

Quanto ao destino da propriedade o casal gostaria de continuar na propriedade, mas pensam em ter alguém (um empregado), para realizar as tarefas.

A senhora L. também gostaria de morar na cidade, e manter a propriedade, *“apenas vir para o interior para cuidar dos cultivos que mais gosto, plantas, hortaliças, cactos, flores e frutos e ter caseiros para cuidar da propriedade como cuidamos agora”*. Ou ainda, gostariam também que alguma das filhas desse continuidade as atividades existentes na propriedade hoje, não necessariamente trabalhando, mas sim gerenciado ela. Enfatizam que a propriedade não pode ser abandonada ou vendida, pois é um patrimônio da família. Nesse caso ainda não há uma definição do destino da propriedade.

O casal afirma que as filhas foram para a cidade em busca de uma vida melhor. Não foi por dificuldades financeiras, mas sim, para estudar e ter melhores benefícios, trabalho menos sofrido. Quando questionados se incentivam as filhas a retornar ao meio rural, o casal afirma que não incentiva, mas se alguma delas quisesse voltar, e constituísse família seria bem vinda, pois teriam sucessores e também teriam alguém para dar continuidade as atividades na propriedade, sem ser empregados.

Conforme o casal, a comunidade já foi maior, antigamente o grupo de jovens se reunia seguidamente, eram realizados encontros de jovens; os cultos eram realizados na maioria das vezes pelos jovens que hoje quase não participam. Hoje são os mais velhos que organizam (clube de mães, terceira idade). Os espaços de participação social são principalmente na comunidade local, através de atividades religiosas. As filhas participam quando estão em casa. O casal também participa de outras atividades na comunidade como cultos, clube de mães, festas, bailes, jantares dançantes.

Na percepção do Sr. J. a agricultura é bem melhor do que antigamente, pois *“uma vez era tudo manual e hoje o serviço foi substituído pelas máquinas o que facilitou muito a vida dos agricultores, pois com menos pessoas se faz muito mais do que era feito com muitas pessoas quando o trabalho era manual”*.

Conforme o casal, as filhas trabalharam muito pouco na agricultura, pois sempre estudaram. A mais velha fez a faculdade morando em casa, então ajudava nas atividades domésticas, sabe fazer as coisas e estudava e a mais nova saiu de casa cedo, não gostava muito das atividades domésticas, fazia apenas o que mandávamos. Gostava de estar na cidade, fazendo cursos, etc. A Sr. L. afirma que nem nas férias as filhas vêm para casa para ajudar, veem mais para passear, descansar e ajudam mesmo em alguns serviços mais leves. Aos finais de semana também voltam para casa para ficar com a família, se reúnem as duas.

**QUADRO 3:** Resumo de entrevista de família sem sucessores.

A jovem S., possui 22 anos, está fazendo curso superior em Direito na UPF. Possui carro. Saiu da propriedade aos 16 anos. Enquanto trabalhava lá suas principais responsabilidades era cuidar da casa, do pátio, ajudar nas coisas que a mãe mandava, conforme a jovem, *“não era muito importante, não tinham nem uma atividade séria”*.

Fazem cinco anos que S. reside na cidade, junto à casa dos avós, foi em busca de emprego e liberdade. *“Queria ser mais livre na questão de poder namorar quem eu quisesse e fazer o que eu bem entendesse”*. A jovem relata abaixo os principais motivos que a levaram a migrar para a cidade? *“Eu vivia muito isolada das pessoas aqui, minhas amigas tinham celular, internet, e eu nem sabia o que era MSN e Orkut, e também, porque não me deixavam sair muito, não me davam roupas legais e nem me deixavam namorar”*.

Hoje em dia é diferente, agora tem tudo no interior, como tem na cidade. A jovem diz não ver mais dificuldades na vida do campo, pois tem todas as condições que tem na cidade, não tem mais as dificuldades da época em que saiu (5 anos atrás) e, além disso, é calmo, *“você acorda escutando o canto dos passarinhos, dorme com o barulho dos quero-queros e com o silêncio que não existe na cidade, pois sempre tem movimento de carros e caminhões”*.

Quanto à vida na cidade, a jovem gosta, *“a cidade que eu moro tem 4 mil habitantes, é super pequena, não enfrento problemas com trânsito e congestionamentos como nas cidades grandes”*. A jovem enfatiza que para ela a coisa que mais incomoda por a cidade ser tão pequena é a fofoca. Descreve como vantagens da vida na cidade estar perto de recursos como hospitais, médicos, farmácias, academia, faculdade, mercado e festas.

A jovem admite que o campo tem suas vantagens. Cita a calma, paz, não ter que cumprir severamente os horários, possuir horta, frutas, poder comer as coisas no pé, pescar, tomar banho de sol, ter bastante liberdade. Afirma ainda que já pensou em voltar ao meio rural várias vezes, não ela mesma fazendo o que os pais fazem, mas sim, tendo empregados que o façam. A jovem tem a ideia de administrar a propriedade.

Os pais de S, ainda residem no meio rural e são responsáveis pelas atividades que são realizadas na propriedade. Ainda não possuem um sucessor definido. Quanto a quem dará continuidade as atividades da propriedade quando os pais não puderem mais, a jovem afirma: *“meus pais tem a mim e a minha irmã que com certeza não iremos abandonar a propriedade, se não pudermos fazer pessoalmente, iremos contratar alguém que possa prestar os serviços, talvez não seguiremos todas as atividades, como tirar leite das vacas, plantar soja, milho, pasto, fazer silagem, mas a propriedade em si, a pesqueira, horta e casa, com certeza não será abandonada”*

Quanto à intenção de voltar a morar no meio rural a jovem S. afirma que *“por enquanto não, pois meus pais ainda moram com um tio que é muito chato e que não gosta de ninguém, ele não dá liberdade para que eu possa implantar novas idéias, administrar, mas quem sabe um dia, quando meus pais estiverem morando sozinhos, talvez”*.

Analisando as atividades de lazer que existem no meio rural, a jovem acredita que não são atividades de lazer mesmo, pois o que existe são cultos, festas do padroeiro e jantares dançantes e estas, ela não considera atividades de lazer, *“sempre teria que buscar pelo lazer na cidade, mas não me importo com isso, pois hoje em dia todos tem carro e as estradas estão sempre boas, tornando o acesso fácil.”*

#### **QUADRO 4:** Resumo de entrevista com jovem que migrou para a cidade.



## 6 CONCLUSÃO

Com essa pesquisa, levantou-se que no município de Camargo a população rural vem diminuindo gradativamente. Também se observou na comunidade de São Vitor a crescente migração das mulheres para as cidades, o que tem contribuído para que o meio rural do município se apresente masculinizado. Na localidade de São Vitor as famílias que residem tem a maior parte de seus membros com idade avançada, em função dos jovens saírem do interior para estudar ou trabalhar na cidade em busca de outras oportunidades.

Segundo a fala de algumas famílias é importante a permanência dos jovens nas unidades familiares, pois sem eles não há continuidade da agricultura familiar.

Outro ponto que vale ressaltar é que com a migração dos jovens para as cidades estão se extinguindo as relações sociais na própria comunidade. Observou-se que os jovens têm vontade de permanecer residindo nas propriedades rurais, porém, buscam seus empregos na cidade. Apresenta-se aqui uma característica importante, os jovens demonstram desinteresse em assumirem a profissão de agricultor.

Os autores estudados apontam como fator desse desinteresse a crescente valorização do estudo e a oferta de emprego urbano que faz com que os jovens se sintam mais valorizados socialmente. Parte do sonho dos pais em ver os filhos se formando, parece ser confirmada pela pesquisa realizada, onde a maioria concluiu ou está cursando curso de nível superior, denotando seguramente objetivos alcançados pela família o que é positivo.

Os processos de sucessão e herança passam a ser mais flexibilizados, pois se busca analisar os interesses pessoais de cada integrante, há negociação entre os membros da família. Muitas vezes os padrões comportamentais tidos como “corretos” sofrem mudança (casar com alguém da localidade, ter filhos constituir uma nova família, cuidar dos pais, etc.) e passam a não ser mais exigidos. A estrutura familiar também pode mudar. Por vezes ocorre dos pais residirem junto com os filhos ou em casas separadas quando há sucessores. Outras vezes, ocorre de os pais venderem a propriedade e se instalarem na cidade para ficar mais próximos aos filhos. Essa tendência tem ocorrido geralmente, após a aposentadoria dos mesmos.

A ideia de que a baixa renda é a causa primária da saída dos jovens do meio rural parece contrapor-se a realidade encontrada. Dito isto, há que se considerar o depoimento de um dos jovens entrevistados, ao comentar que o meio rural gera a maior renda, gosta do que faz, pretende dar continuidade e consegue conciliar ao rural, atividades extra-agrícolas em

empresas, sendo esta uma vantagem do jovem rural com visão de oportunidade, ampliando seus ganhos. Esta uma realidade não vivenciada pelos jovens da cidade, pois não dispõe dos meios de produção agrícolas.

Embora elencadas pelos jovens pesquisados, várias vantagens em se viver no meio rural de cunho qualitativo cultural e socioambiental como: modo de vida tranquila, contato direto com a natureza, alimentação saudável, mais privacidade, flexibilidade nos horários de trabalho, autonomia e ar puro são sinônimos que apontam sem dúvida para a qualidade de vida que se leva. Já, entre as desvantagens figuram fatores mais quantitativos econômicos extra-propriedade, com ameaças internalizadas do meio em que vivem campo/cidade, expressas pela “afirmação de incertezas” ou talvez, “verdades eminentes” observadas nas respostas dos jovens: leis ambientais soam como perda de renda; a dúvida das sobras com a comercialização dos produtos; o clima interfere sobre a colheita; os preços dos produtos, muito vulneráveis ao mercado não permitindo estabilidade na renda ou a sua garantia. Ainda como desvantagens a falta de oportunidade, a desvalorização dos jovens e o trabalho extremamente maçante, principalmente para os menos mecanizados/capitalizados.

As constatações e probabilidades descobertas geram expectativas dúbias sobre o rural e apresentam o urbano como “meio” capaz de atender em maior grau a satisfação e/ou necessidades básicas, consideradas importantes para os jovens ou para alguns pais, embora com certa nostalgia, pelo que tem de bom no rural, mas buscando algo palpável e ao seu alcance (autonomia) no urbano.

O rural ainda não foi descartado, muito pelo contrário, nele “se pode viver com qualidade de vida,” logo ele seria bom. Em verdade se fosse possível ficar com o que cada um tem de melhor, seria quase perfeito, sim “quase” uma vez que em ambos existem limitações por ora comuns. Espera-se que as questões aqui abordadas possam servir para um olhar diferente sobre o rural atual, como um lugar “bom de viver” e que os conflitos atuais conhecidos oportunizem a possibilidade de encontrar soluções.

A sucessão familiar depende de inúmeros fatores não resta dúvida e, está ameaçada, como vimos. Contudo é imperativo acreditar nas possibilidades existentes e planejar ações visando aprofundar os estudos aqui iniciados. Aglutinando: ideias, fatores sociais, entidades com a participação ativa das pessoas interessadas, dialogando com vistas a traçar estratégias, sejam de ordem prática local ou das políticas públicas redesenhando o cenário com ações que respondam as incertezas, significando tranquilidade e continuidade aos dois lados (pais e filhos; rapazes e moças; rural e urbano; lucro e meio ambiente; social e econômico; cultural e

moderno). Simplesmente deixar por conta do “acaso” seria ignorar a possibilidade do desenvolvimento de forma mais sustentável.

Diante do exposto conclui-se que os objetivos desta pesquisa foram atingidos, pois houve o entendimento do que foi proposto.

A metodologia utilizada foi de muita valia para atingir os resultados. As entrevistas ajudaram muito para a percepção da realidade encontrada. O embasamento teórico foi fundamental para confirmar os resultados.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vontade de realizar um estudo sobre sucessão familiar no meio rural originou-se da curiosidade em conhecer como os jovens e famílias analisam esses processos, devido à origem que tive. Residia junto a meus pais, no meio rural; hoje trabalho na cidade. Meus pais continuam a trabalhar na propriedade. O que me atrai aqui é estudar o destino destes estabelecimentos, que em alguns anos não terão mais sucessores.

Os objetivos propostos com a realização deste trabalho foram atingidos. Se apresenta como um tema muito interessante e instigante. Tendo mais tempo faria a pesquisa com uma abrangência maior, analisando jovens de várias comunidades. É um tema que tem muito a ser estudado ainda, levando em consideração que na localidade não há nenhum estudo sobre o tema e também a importância social que este tem.

A experiência da pesquisa foi enriquecedora, o trabalho de campo me proporcionou uma aproximação com as famílias e os jovens da localidade. Consegui “ir mais a fundo” conhecer seus pensamentos, para buscar a compreensão de cada situação. Aponto ainda como ponto positivo da pesquisa de campo, a vivência, mesma que curta, com as famílias e jovens que participaram da pesquisa. As entrevistas com os jovens precisaram ser realizadas nos finais de semana, pois era o momento que estavam em casa no meio rural (durante a semana a maioria tem um trabalho externo).

Quanto aos entraves e benefícios da realização da pesquisa, cito como entraves a falta de uma orientação mais presencial e, no meu caso, ter aproveitado melhor o tempo que tive. No início tive dificuldade, pensei até em desistir, pois não conseguia dar andamento ao trabalho. Porém, depois quando “acordei para a vida”, como o tempo já não era muito, precisei dedicar boa parte do meu tempo a este trabalho. Por fim, fico feliz por conseguir terminar, responder os objetivos a que me propus e como expus acima, dar continuidade a essa pesquisa, conhecer e aprofundar mais a dinâmica sucessória da localidade estudada.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

ALMEIDA, T. L.; RIBES, E. L. Pesquisa Quantitativa ou Qualitativa: Adjetivação Necessária. Porto Alegre, 2000.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. Pluratividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. *In*: SCHNEIDER, Sergio. (Org.) A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 189- 215.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL- EMATER/RS. Localização da região da Produção do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/regionais/passofundo.php>>. Acesso em: 11 de jan. 2011.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL- EMATER/RS. Distribuição da população da Região da Produção Rio Grande do Sul, por sexo e domicílio em 2007. EMATER/RS 2009. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/regionais/passofundo.php>>. Acesso em: 11 de jan. 2011.

BINKOWSKI, P. Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do sul. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. 212p.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Jovens agricultores da Região Sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS: Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão n° 621. Brasília: IPEA, 1998.

CARNEIRO M. J. O Ideal Rururbano; campo e cidade no Imaginário de jovens rurais *In*: SANTOS, F. C.; COSTA R. L. F. C (Orgs.) Mundo Rural e Política, Teixeira da Silva. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2001000100003&lng=p t&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000100003&lng=p t&nrm=iso)>. Acesso em: 28 de fev. 2011.

COSTA, M. R. C. Agricultura familiar e sucessão hereditária: estudo de caso no município de Morro Redondo, RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2006. 124p.

DALCIN, D. ; TROIAN, A. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. UFPR, 2009. Disponível em:

<<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTsONLINE/GT7%20online/jovem-meio-rural-DioneiaDalcin.pdf>>. Acesso em: 16 de Nov. de 2010.

DEL GROSSI, M. E. ; SILVA, J. G. da. Novo rural: uma abordagem ilustrada. Londrina: IAPAR, 2002.

DESCONSI, C. Os caminhos da volta para o meio rural - um estudo sobre o caso de Esperança do Sul/RS. CPDA-UFRRJ. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/st3\\_cam\\_volta\\_meio\\_rur.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/st3_cam_volta_meio_rur.pdf)>. Acesso em: 29 de mar. 2011.

ESCRITÓRIO REGIONAL DA EMATER - REGIÃO DE PASSO FUNDO- ESREG. População recenseada, por situação do domicílio e sexo na Região da Produção/RS.2007.

FERRARI, D. L., *et al.* Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 12, n 2 , 2004: 237-271.

FERRARI, D. L., *et al.* Dilemas e Estratégias dos Jovens Rurais: ficar ou partir? Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 12, n 2, 2004: 237-271.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social. IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais. Produto Interno Bruto (PIB) total e *per capita*, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) e população dos municípios do Rio Grande do Sul –2008. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acesso em: 17 de mai. 2011.

GAVIRIA, M. R.; MENASCHE, R. A juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. Estudo & Debate, Lajeado, v.13, n1, p.69-82, 2006.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Primeiros Dados do CENSO 2010. 2011. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros\\_dados\\_divulgados/index.php?uf=43](http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=43)>. Acesso em: 13 de fev. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Mapa localização do município de Camargo/RS. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em: 13 de fev. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Localização do município de Camargo/RS. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 de fev. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. População do município de Camargo/RS, no período entre 1991 e 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=25&i=P&c=202>>. Acesso em: 20 de jun. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Quantidade de homens e mulheres no meio rural de Camargo/RS, no período entre 1991 e 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=25&i=P&c=202>>. Acesso em: 20 de jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Novo retrato da agricultura familiar: Brasil redescoberto. Brasília: 2000. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=177&Itemid=206](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=177&Itemid=206)>. Acesso em: 10 de jan. 2011.

LODI, M. P.; ROMANINI, A. L. Camargo e Sua História. 1992. Diagramação e Editoração: Josefina Romanini – AAGE.

MAGRI, C. A. Realidade da juventude na agricultura familiar. *In*: MAGRI, C. A.; CONTI, I. L. (Orgs.) Agricultura familiar: alternativas em construção. Passo Fundo: IFIBE, 2008. p.65-80.

MELLO, M. A. *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. *Agric. São Paulo*, 50(1), p.11, 24, 2003.

MENDONÇA, K. F. C. *et al.* Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha, MG. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/.../ABEP2008\\_1292.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/.../ABEP2008_1292.pdf)>. Acesso em 15 de Nov. 2010.

OLIVEIRA, D.; SCHNEIDER, S. O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê (RS). Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/320/506>>. Acesso em: 20 de abr. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO. Disponível em: <<https://www.fao.org.br>>. Acesso em: 20 de jun. 2011.

SCHNEIDER, S. A ocupação da força de trabalho na agricultura gaúcha: uma análise a partir da pesquisa rural da EMATER/RS de 1992. *Revista Extensão Rural, Santa Maria - RS*, v. 01, n. 06, p. 69-96, 1999.

SCHNEIDER, S.; SILVA, C. B. de C. Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Orgs.) *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, pg. 183-207.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE CAMARGO. Mapa município de Camargo/RS – no detalhe a Comunidade de São Vitor. 2008. Acesso em junho 2011.

SILVESTRO, M. L. *et al.* Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

SPANEVERELLO, R. M. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. 236p.

TONEZER, C. Idosos Rurais de Santana da Boa Vista- Rio Grande do Sul: efeitos da cobertura previdenciária. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. 166 p.

TURCI, E. Jovem rural: sucessão na agricultura familiar preocupa setor. Disponível em: <<http://juventudeempauta.blogspot.com/2009/04/jovem-rural-sucessao-na-agricultura.html>>. Acesso em: 21 de dez. 2010.

ZANATTA, I. C.; FÁVARO, J. L. Percepção de professores e alunos frente à agricultura familiar: estudo de caso no município do Turvo/PR. Revista Eletrônica Lato Sensu – Ano 3, nº1, março de 2008. Disponível em: <[http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista\\_Pos/P%C3%A1ginas/3%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Humanas/PDF/30-Ed3\\_CH-PercepcaoPr.pdf](http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/3%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Humanas/PDF/30-Ed3_CH-PercepcaoPr.pdf)>. Acesso em: 29 de mar. 2011.

WANDERLEY, M.N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 23-56.

WEDIG, J. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; RAMBO, A. G. A juventude rural e a sucessão hereditária em um assentamento de reforma agrária. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/790.pdf>>. Acesso em: 14 de abr. 2011.

WEDIG, C.; MENASCHE, R. Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na mobilidade material e simbólica dos jovens rurais. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/715.pdf>>. Acesso em: 01 de mai. 2011.

WEISSHEIMER, N. A situação juvenil na agricultura familiar. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. 331 p.



**APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas aplicado aos jovens que deixaram o meio rural na Comunidade de São Vitor, município de Camargo/RS.**

Nome do Entrevistado.

Qual a idade?

Qual a escolaridade?

Quantidade de terra que família possui?

Principais atividades desenvolvidas na propriedade?

Principais responsabilidades do jovem na propriedade?

Religião?

Perspectivas para o futuro?

Como vê sua importância nas atividades da propriedade?

Quantas pessoas fazem parte da família.

Qual o sexo das pessoas que fazem parte da família.

Qual a idade dos componentes da família?

De onde provém a renda da família?

Qual a trajetória de sua família (de seus pais vieram do campo ou cidade?)

Quantos anos sua família reside na localidade?

Quais os motivos que o levaram a migrar para a cidade?

Para você quais as dificuldades da vida no campo?

Para você quais as dificuldades da vida na cidade?

Para você quais as vantagens da vida no campo?

Para você quais as vantagens da vida na cidade?

Há quanto tempo foi morar na cidade?

Você trabalha na cidade ou só estuda. Se trabalha, onde?

Se trabalha, consegue se manter com sua própria renda?

Nunca pensou em seguir a profissão dos pais?

Sua família, pai e mãe ainda moram no interior?

Você tem alguma intenção de voltar a morar no meio rural?

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas aplicado a algumas famílias residentes na Comunidade de São Vitor, Município de Camargo/RS.**

Localização da propriedade.

Conte um pouco da história da família, por exemplo, sempre viveu na localidade, foi herdada dos pais, construída, etc. Já moraram na cidade ou sempre no campo?

Há quantos anos mora neste local? Sua família sempre morou nesta comunidade?

Quantas pessoas moram nesta propriedade?

Alguma pessoa saiu da propriedade, se sim, por quê?

Qual a área da propriedade?

Quais as principais atividades desenvolvidas na propriedade?

Os filhos têm intenção de continuar gerenciando a propriedade no futuro?

O Sr.(a) incentivam a permanência de seus filhos no meio rural? Por quê?

Se os jovens morram na propriedade pedir: quais as Principais responsabilidades do jovem na propriedade?

Religião da família?

Perspectivas para o futuro?

Como o jovem vê sua importância nas atividades da propriedade?

Algum de seus filhos já migrou para a cidade. Foi em busca de que?

Participam de alguma atividade na comunidade? Qual?

E seus filhos também participam da comunidade? Que atividades são essas?

Nos últimos 10 anos tem noção de quantos jovens podem ter saído desta comunidade para morar na cidade?

Na sua opinião quais as causas que motivaram a ida dos jovens para o meio urbano?

Esta migração de jovens do meio rural pode causar limitações para a comunidade?

Que políticas públicas devem ser elaboradas/modificadas/alteradas para melhorar as condições de vida dos jovens (e também comunidades rurais)?

Atualmente como analisa a agricultura.

Hoje os Srs.(a) incentivam a permanência dos filhos para o meio rural? Por quê?

Quais as atividades de lazer que vocês e sua família participam na comunidade?

Quais as mudanças que estão ocorrendo no campo em termos sociais, econômicos, ambientais e culturais?

Quantos filhos vocês têm? Quantos moram na propriedade? Os que saíram, porque saíram?

Onde foram morar os filhos que saíram?

Quais os principais motivos que levaram os filhos a migrarem para a zona urbana?

Com quantos anos eles saíram do interior?

Os filhos pretendem seguir a profissão dos pais?

Gostaria que seus filhos ficassem morando aqui?

Dez anos atrás acha que havia mais moradores aqui na comunidade? Sabe quantos? E hoje?

E já pensaram em ir para a cidade também? Se sim, Por quê?

Em caso positivo o que fariam com a propriedade?